



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTOS SEM REVISÃO

COMISSÃO DO ESPORTE			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0519/15	DATA: 07/05/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 10h02min	TÉRMINO: 14h14min	PÁGINAS: 94

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO, APENAS PARA CONSULTA.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas!

Vamos dar início aos trabalhos do nosso seminário. Já de antemão agradeço a presença de todos os Deputados, Deputados da Comissão, e dos nossos convidados, todos presentes.

Queria, inicialmente, esclarecer que este seminário é realizado de forma conjunta pela Comissão do Esporte, da Câmara dos Deputados, e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, em razão da aprovação dos requerimentos de minha iniciativa, Deputado Arnaldo Jordy, pela Comissão do Esporte, e do Senador Romário, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, e tem como objetivo debater medidas e propostas para modernização da gestão e responsabilidade fiscal das entidades desportivas profissionais no Brasil. Que, aliás, é objeto de duas iniciativas aqui; o Proforte, um projeto que foi discutido, debatido e construído durante um ano e meio, nesta Casa, e a medida provisória, emanada do Poder Executivo, que também é objeto de uma Comissão Especial que a está analisando aqui, como toda medida provisória, e que tem muita simetria com o Proforte, e que, com certeza, será objeto de apreciação, em caráter de urgência, pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional.

Informo a todos que um dos nossos convidados, o jornalista esportivo, Juca Kfourri foi convidado, manifestou ontem o claro interesse em participar, inicialmente confirmando a presença, no entanto, anteontem, dia 5, ele teve um problema de ordem familiar, uma cirurgia em uma pessoa da sua família, e pediu inúmeras desculpas. Eu estou aqui, por dever de ofício, comunicando a todos aquilo que nós recebemos oficialmente. Ele, inclusive, havia confirmado sua presença, anteriormente, mas, pediu desculpas. Parece que um neto seu está se submetendo a uma cirurgia, não sei se hoje ou ontem. Por isso a sua ausência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, permita-me.

O jornalista Juca Kfourri sempre crítica, crítica, mas quando é convidado para vir aqui nunca tem disponibilidade. Eu acho que devemos insistir no convite ao jornalista Juca Kfourri, porque ele deve ter muita coisa com o que contribuir. Agora, ele tem que vir contribuir aqui, não só fazendo críticas através de suas matérias..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Presidência acolhe a proposição de V.Exa. Numa próxima oportunidade, nós renovaremos o pedido de convite ao jornalista. Eu concordo com V.Exa., ele deve ser convidado mesmo.

O Senador Romário ligou ainda pouco, ele está em outra atividade e, em breve, chegará aqui. Nós vamos iniciar mesmo assim.

Queria, sem maiores delongas, convidar para compor a Mesa, S.Sa. o ex-Deputado Walter Feldman, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol — CBF, nosso grande amigo que já deu uma contribuição muito grande nesta Casa e que hoje representa a Confederação Brasileira de Futebol. Bem-vindo, querido amigo!

Queria convidar o Sr. Eduardo Bandeira de Mello, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, representante dos clubes de futebol nesta audiência. Ele chegou cedo. Estávamos, há pouco, conversando com Presidente Eduardo Bandeira.

Queria convidar o Sr. Alexsandro de Souza, representando o Bom Senso Futebol Clube. O Alex. Bem-vindo, Alex!

Queria convidar o Sr. Paulo Calçade, jornalista esportivo, também muito bem-vindo à nossa audiência.

Queria convidar o Sr. Alípio Dias dos Santos Neto, Diretor da Secretaria de Controle Externo da área da Educação do Tribunal de Contas da União — TCU, que já está ali. Eu pediria, apenas por uma questão de espaço, que os nossos demais convidados se sintam presentes aqui, mesmo acomodados na primeira fila. Dr. Alípio, muito bem-vindo! Muito obrigado por sua presença.

Queria convidar também o Sr. Pedro Trengrouse, que é Professor de Direito Desportivo da Fundação Getúlio Vargas — FGV em Gestão Marketing e Direito no Esporte. Bem-vindo! Pedro Trengrouse, obrigado pela presença.

Queria também registrar a presença do Sr. Rogério Caboclo, Diretor Financeiro de Planejamento Estratégico da CBF, que está também na primeira fila, e o Sr. Álvaro Melo Filho, Consultor Jurídico da CBF, também presente.

Registro a presença do Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão Mista da MP 671. Eu convido o Senador para integrar a Mesa de trabalho.

Vamos, então, iniciar a exposição dos nossos convidados.



Convido para fazer uso da palavra, expondo suas considerações, o Sr. Pedro Trengrouse, da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. PEDRO TRENGROUSE - Bom dia a todos! Sr. Presidente, obrigado pelo convite.

Saúdo todos os componentes da Mesa e também todos os Parlamentares.

Eu tive a oportunidade de participar da Comissão Mista da MP do Futebol, presidida pelo Senador Sérgio Petecão, na terça-feira, e chamei atenção para uma preocupação em relação à inconstitucionalidade formal da medida provisória, pela sua forma. Por quê? Porque, primeiro, para a medida provisória ser constitucional é preciso haver, cumulativamente, os requisitos de urgência e relevância.

Que a questão é relevante, não há dúvida. Agora, lendo a exposição de motivos da medida provisória, veio-me a dúvida se ela realmente é urgente do ponto de vista do Governo, porque o Governo disse, na exposição de motivos que aquela medida provisória era fruto de uma longa discussão no Ministério do Esporte, da Fazenda e da Advocacia-Geral da União. Ora, algo que pode ser discutido longamente no seio do Governo é urgente? Eles disseram que fariam a MP em 30 dias, demoraram mais de 60. Isso é urgente? Então, esse questionamento pode levar esta MP ao STF simplesmente pela ausência do requisito da urgência em razão da exposição de motivos não mencionar a urgência, e mais: deixar claro que eles discutiram longamente.

O segundo ponto a que eu chamei a atenção foi justamente pelo fato do Congresso Nacional... Aí eu faço aqui um registro, o Deputado Deley, o Deputado José Rocha estavam na dianteira dessa discussão. O Deley convocou a audiência da *Timemania* para discutir o porquê que a Timemania prometeu resolver a dívida dos clubes, e os clubes estão devendo até hoje. Ora, o Governo Federal convenceu os clubes a confessar as suas dívidas. Aí eu repito isso, porque novamente, nessa medida provisória, pede-se a confissão das dívidas dos clubes. Alguém se perguntou por que o Governo pede que os clubes confessem as suas dívidas? É porque o Governo não sabe quanto os clubes devem. É porque, quando se pergunta quanto os clubes devem, nunca se tem um número.

Eu sou testemunha de o Presidente Márcio Braga indo à Secretaria da Fazenda, da Procuradoria da Fazenda Nacional, com o talão de cheques do



Flamengo dizendo: “*Vim aqui pagar a minha dívida. Quanto é?*” Até hoje não teve resposta. Então, na *Timemania*, os clubes foram convencidos a assumir dívidas que ainda não tinham, porque elas estavam sendo discutidas administrativa e judicialmente, com a promessa de que a *Timemania* arrecadaria 520 milhões de reais no primeiro ano. Então, a Caixa Econômica Federal apresentou, com todos os seus técnicos, uma perspectiva de arrecadação de 520 milhões de reais. No primeiro ano, essa arrecadação não passou de 100 milhões. Até hoje não chegou aos 520 milhões. Então, se o Governo tivesse cumprido a promessa de arrecadar, com a *Timemania*, o valor que prometeu inicialmente, nós aqui não estaríamos discutindo novamente a dívida dos clubes.

Aí vem a minha segunda preocupação: será que esta é uma solução definitiva? Será que o que estamos discutindo aqui não nos levará, em pouco tempo, a discutir novamente uma solução para a dívida dos clubes. Então, eu faço aqui o meu apelo a esta Comissão, porque a discussão da dívida é importantíssima, mas é pontual, Sr. Presidente. A dívida é uma questão urgente, mas ela nem de longe representa o conjunto dos temas que o esporte brasileiro precisa discutir, principalmente no âmbito desta Comissão, porque nós temos um modelo que vem sendo remendado desde 1941.

Esse modelo que nós temos hoje foi consolidado pela ditadura do Estado Novo, pelo Decreto Lei nº 3.199, que criou o CND, que tinha a competência de aprovar os estatutos das organizações esportivas no Brasil. Então, todos nós somos reféns desse modelo que nós temos hoje. E aqui vamos fazer um parêntese: não adianta “jogar pedra na Geni”; os dirigentes de clubes, os dirigentes de federações, os dirigentes da CBF, nós somos todos reféns desse modelo. Ninguém aqui que hoje está em clube ou em federação participou da criação desse modelo. Nós herdamos um modelo da Ditadura e, paradoxalmente, a Constituição de 1988 deu autonomia de organização e funcionamento para uma estrutura criada pela Ditadura. Será que essa estrutura criada em 1941 é adequada para gerir o esporte no século XXI, na democracia cada vez mais substantiva em que vivemos hoje? Quem acompanhou as manifestações de 2013, onde a população foi para a rua pedir mais espaço para participar, para mostrar que, pelo celular, ela tem vez e tem voz, que a democracia representativa precisa, sim, aceitar a evolução para uma democracia



mais substantiva, onde as pessoas participam não só no momento das eleições, pode começar a pensar que o Brasil pode começar a mudar pelo futebol.

O Walter Feldman disse muito bem, lembrando Nelson Rodrigues, que o futebol é a metáfora do Brasil. Então, esta Comissão pode começar a discutir os temas importantes para o País através do futebol, com choque de democracia, com choque de transparência, um choque de eficiência. Agora, não dá para esperar que este modelo do qual todos nós somos reféns mude a si mesmo. Eu costumo perguntar, aliás, já perguntei na CBF ao Rogério, ao Bom Senso, que está aqui também, eu não vejo razão nenhuma pela qual atletas, clubes, árbitros, treinadores não votem nas organizações que organizam as suas competições. A única razão pela qual eles não participam é uma razão histórica, por quê? Porque no início de tudo o atleta era atleta, sócio e dirigente. Quando todos esses clubes nasceram, aliás, eu faço aqui um parêntese: o futebol quando começou no Brasil não era um esporte popular, tanto que o Flamengo é Clube de Regatas do Flamengo; o Vasco é Clube de Regatas Vasco da Gama; bem como o Botafogo; Vitória era de críquete.

Enfim, no início do século XX, o futebol não era esporte popular no País. Quem nos garante que no meio ou no fim do século XXI o futebol continuará sendo esse esporte popular que nós discutimos hoje? No momento em que a sociedade muda os seus hábitos, a televisão perde cada vez mais audiência para as mídias sociais. As mídias sociais não pagam pelo conteúdo que transmitem. Então, se a audiência migrar da televisão para as mídias sociais, o modelo de negócio do futebol, como nós conhecemos hoje, está em risco, porque a televisão não terá condições de buscar no mercado publicitário o dinheiro que paga pelo conteúdo do futebol. Essa é uma discussão importantíssima em que esta Comissão precisa estar na dianteira.

Quer ver outra discussão que esta Comissão já começou a trabalhar e precisa avançar mais? Em relação às apostas desportivas *on-line*. O Deputado Otavio Leite, inclusive, na lei que foi fruto dessa discussão enorme, autorizava a Caixa Econômica Federal a regulamentar esse assunto. E por que ele é importante? Não é só do ponto de vista econômico, mas nós tivemos no Brasil, em 2005, salvo engano, 10 jogos do campeonato brasileiro anulados porque um grampo pegou um juiz vendendo resultados. Aliás, até hoje, chamar um juiz de “Edilson” é um grande



xingamento, porque ele foi pego vendendo resultados. De lá para cá, o que nós fizemos para impedir a manipulação de resultados no Brasil?

(Não identificado) - Profissionalizar a arbitragem.

O SR. PEDRO TRENROUSE - É uma, mas o mundo inteiro combate a manipulação de resultados, pela máfia das apostas, monitorando as apostas, porque só há manipulação de resultado quando alguém aposta no azarão, porque apostar no vencedor, apostar no favorito não paga bem. Então, quando há o monitoramento permanente das apostas, que só pode acontecer se houver regulamentação, consegue-se identificar qualquer desvio no padrão dessas apostas e iniciar imediatamente uma investigação para ver se há alguém comprometido ali, se algum familiar recebeu de árbitro, de atleta, enfim, de quem quer que seja alguma vantagem indevida. O fato é que essa é uma briga em que o mundo inteiro já está lutando, e o Brasil ainda não assumiu esse desafio. Cabe, sim, ao Congresso Nacional discutir como é que nós vamos proteger a integridade do esporte brasileiro, sem falar que hoje 2 bilhões de reais por ano vão embora do Brasil porque as pessoas, no Brasil, apostam em jogos do Campeonato Brasileiro pelos *sites* de apostas que os senhores podem apostar exatamente agora: www.bwin.com; www.sportingbet.com; www.bet365.com; tudo aqui à distância de um clique pelo celular ou pelos computadores. Então, dizer que isso não existe no Brasil é ignorar que nós estamos aqui à mão para apostar. Qualquer um dos senhores agora pode fazê-lo.

Então, esta Comissão, muito além da dívida dos clubes, tem temas tão relevantes quanto ou até mais importantes para tratar. O que eu queria trazer como preocupação (aliás, quero ouvir muito mais do que falar, estou aqui à disposição dos senhores para voltar sempre que for necessário, não é a primeira vez que sou convidado e espero que não seja a última) a questão trabalhista. O Deputado Andres Sanchez tem a questão da aposentadoria do jogador, do atleta, como algo importante a ser discutido; o Relator até é o Deputado Deley. Não podia estar melhor, não é? Duas pessoas que entendem muito de futebol. Então, esta Comissão não pode se tornar refém da discussão da dívida dos clubes, que é urgente, relevante, importante, mas não pode também se misturar com as questões de base, de estrutura do esporte no Brasil, porque contrapartida para dívida é pagamento.



Tudo que disso transcende é invenção. Se você paga suas dívidas, não tem por que ser obrigado a mais nada. Então, tudo aquilo que hoje faz parte da medida provisória que não tem relação direta com o pagamento da dívida, como, por exemplo, a limitação dos mandatos nas entidades dirigentes. Isso já houve no Brasil. Em 1975, a Lei nº 6.251 limitava os mandatos dos dirigentes esportivos. O que aconteceu? Os pais substituíam os filhos, que substituíam os pais, e a estrutura do poder era exatamente a mesma. Por quê? Porque não adianta limitar o mandato se o colégio eleitoral é exatamente o mesmo. O colégio eleitoral é algo que cabe aos Deputados e Senadores discutir porque a regulamentação dos tipos jurídicos existentes no País cabe ao Congresso Nacional. Assim como ele regulamenta o funcionamento dos partidos políticos, das organizações religiosas, dos sindicatos em sede especial, além de regulamentar as associações e as sociedades empresárias, o Congresso pode muito bem entender que as organizações esportivas... E aí não é só a CBF. Não se pode tratar a CBF como o esporte como um todo. O esporte é muito maior. Será que toda organização esportiva tem que ser organizada da mesma forma? Toda modalidade esportiva, coletiva ou individual, pode ou deve ser organizada da mesma forma? Nós precisamos refletir sobre isto. Esta Comissão é o lugar central.

Por último, nós precisamos fugir da armadilha de tomar a parte pelo todo. Eu tenho aqui, na minha frente, o presidente eterno, por tanto tempo na Federação de Futebol do Espírito Santo, hoje vice-presidente da CBF. Ele sabe que a Federação de Futebol do Espírito é bem diferente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro.

Quando se diz que a Federação de Futebol do Rio de Janeiro, este ano, lucrou mais com o campeonato carioca do que todos os outros clubes, a gente tem que pensar como os clubes poderão pagar suas dívidas se o dinheiro deles fica na Federação. Agora, não é o caso da Federação do Espírito Santo, por exemplo, que não tem apoio do Governo do Estado, como a Federação de Santa Catarina tem. Alguém já se perguntou por que os times de Santa Catarina despontaram no futebol brasileiro nos últimos tempos? Porque o Governo os apoiou. Então, nós temos aqui realidades diferentes. Na hora de discutir o futebol brasileiro, nós precisamos conhecê-lo. A grande maioria dos clubes do Brasil não joga 4,5 meses por ano.



Nós temos, na Fundação Getúlio Vargas... Eu encerro com esse dado, que nos leva a pensar no futebol como realmente uma atividade de interesse público e relevante para a economia do Brasil.

Quando nós falamos que 700 clubes do Brasil só jogam 4 meses por ano, nós fizemos, com os nossos economistas, na Fundação Getúlio Vargas, uma estimativa. Quanto representaria para o Brasil se esses clubes jogassem o ano inteiro? Pois bem, se esses clubes jogassem o ano inteiro, o Brasil teria pelo menos 30 mil novos empregos e 600 milhões de reais incrementais no PIB nacional. Significa dizer que se o Governo Federal, que agora diz que vai criar uma agência na AMP, quisesse realmente investir no futebol, investindo na base, para que cada organização estadual organizasse o seu campeonato local o ano inteiro, com todos os seus clubes participando, 1 milhão em cada Federação fariam uma diferença brutal e gerariam 600 milhões. Ou seja, um investimento de 27 milhões geraria 600. Agora, a Secretária Nacional de Futebol, e está ali Sérgio Veloso, que é diretor lá, tem um orçamento de 18 milhões por ano. O Ministério do Esporte tem um orçamento de 2 bilhões de reais. Ou seja, só 18 milhões vão para o futebol.

Para os senhores terem uma perspectiva, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento, que reúne todos os outros esportes, à exceção do futebol, tem 1,5 bilhão de reais de orçamento. Então, o Governo investe de verdade nos outros esportes; no futebol, não.

Eu acho engraçado querer criar uma agência, sendo que a Secretaria Nacional de Futebol não tem orçamento, não tem espaço, não tem perspectiva. Eu acho que a gente tem que começar a repensar o papel do Estado realmente, mas não simplesmente criando mais um órgão, quando este Congresso aqui vem lutando para reduzir os 39 Ministérios.

Então, eu trago para vocês o apelo de pensar no esporte de uma forma mais ampla. Eu acompanho o trabalho desta Comissão há muito tempo. Eu faço questão de dizer que ela nunca esteve tão próxima das questões do esporte, porque eu vejo aqui gente que realmente entende do assunto, conhece a questão e não está aqui simplesmente porque sobrou a indicação do partido para esta Comissão. Eu vejo pessoas que fizeram questão de estar aqui e cuja prioridade foi escolher a Comissão



do Esporte. Então, os senhores têm um papel importante a desempenhar e plena capacidade para isso.

Eu encerro aqui, agradecendo pela atenção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy)- Obrigado, Dr. Pedro, pela brilhante exposição.

Para os Deputados que quiserem se inscrever, a lista já está aqui. É só levantar a indicação para que colhamos a assinatura.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Alípio Dias dos Santos Neto, do Tribunal de Contas da União. V.Sa. pode, se quiser, usar do mesmo expediente aqui do doutor.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO - Bom dia a todos.

Gostaria de inicialmente cumprimentar o Sr. Deputado Arnaldo Jordy pela iniciativa de promover esta audiência pública e também cumprimentar os demais Deputados e os componentes aqui da Mesa pela promoção deste debate tão importante para futebol nacional. De alguma forma, nós esperamos que isso reflita também nos demais esportes profissionais.

Estou aqui representando o Tribunal de Contas da União e queria fazer uma breve apresentação. Mas, inicialmente, neste dia em que estamos debatendo sobre a responsabilidade fiscal no esporte, lembro que estamos comemorando neste ano de 2015 os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, inclusive, no TCU, está havendo um congresso relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal, e esta discussão se faz num momento profícuo.

O Tribunal de Contas da União atua no esporte por meio de suas secretarias, exclusivamente nos recursos públicos federais. Com a nova organização do TCU realizada nos últimos 3 anos, foi criada uma Secretaria de Controle Externo, que atua nas áreas de educação, cultura e desporto. Isso realmente fez com que os trabalhos de competência do TCU pudessem focar as questões do esporte. Apesar de tratarmos de educação e cultura, que são bastante importantes, as nossas secretarias têm tentado ter um olhar mais focado nas questões do esporte.

Na Secretaria de Controle Externo, que cuida dessa fiscalização dos esportes, nós tratamos principalmente das ações do Ministério do Esporte, de como



ele gerencia os recursos públicos que são destinados ao Ministério e que vão para as diversas modalidades esportivas.

Por conta da Lei Agnelo/Piva, nós temos a competência em relação à fiscalização no COB e no CPB, que gerenciam os recursos que vão para as diversas confederações.

Atualmente, há normativas do TCU, a IN-TCU 48/2004 e DN-TCU 69/2005, que detalham como deve ser feita essa fiscalização em relação aos recursos do COB e CPB. Atualmente, ela está sendo revisada por conta da entrada da Confederação Brasileira de Clubes também no Sistema Nacional do Desporto.

De forma coordenada, o TCU atua também nos grandes eventos. Temos o caso da Copa do Mundo, em que o TCU atuou através de suas diversas secretarias, e das Olimpíadas. Inclusive, no próximo dia 20 de maio, há uma audiência em que o TCU vai relatar suas ações relacionadas ao controle na área das Olimpíadas.

Até o momento não há uma ação específica no futebol profissional pela ausência de transferência direta do Ministério para o desenvolvimento do esporte. Então, essa ação do TCU limita, essa ausência do requisito de ter o recurso federal, limita a nossa atuação.

Em uma auditoria realizada no esporte de alto rendimento em 2011, na qual foi feita uma auditoria operacional ampla e que gerou o Acórdão nº 357/2011, nós analisamos quatro pontos: detecção de talentos esportivos, infraestrutura esportiva para as diversas modalidades, Bolsa Atleta e perspectiva pós-carreira.

Pensando nesta audiência de hoje, aqueles dois pontos, Bolsa Atleta e perspectiva de carreira nos fez pensar em toda a discussão em relação à MP, porque se tem um grande contingente de pessoas que sonham entrar e fazer carreira na área esportiva, e o futebol é realmente um dos grandes atrativos para isso. Mas não existe a garantia de que aqueles que conseguirem chegar a ser atletas profissionais vão ter todo o desenvolvimento, talvez na maioria dos clubes, e de que a suas carreiras vão ter sucesso. Porque se tem aí uma relação de trabalho; na forma do esporte, aquilo passa a ser a profissão daquela pessoa. E, para que a relação profissional da pessoa que chegou ao esporte de rendimento tenha sucesso, exige-se que haja responsabilidade na gestão e responsabilidade fiscal daqueles que administram os clubes ou as empresas privadas que provêm esse tipo de ação



de negócios, vamos dizer assim. Então, esses dois requisitos, responsabilidade na gestão e responsabilidade fiscal, têm de existir para qualquer tipo de negócio, para sua sustentabilidade e para que todos aqueles que vivem em função desse negócio tenham sucesso nas suas carreiras.

Então, aquele fato de os atletas estarem, de certa forma, desprestigiados em relação a suas atividades, isso tem de ser corrigido. Já há ações aqui já ditas em relação ao PROFORTE e outras. Mas, em relação ao futebol, de que eu trato agora, isso tem de ser uma condição necessária.

A ausência de responsabilidade na gestão e de responsabilidade fiscal, geram provavelmente endividamento, inadimplência e fragilidade nas relações de trabalho, que são pontos que fazem com que o negócio não dê certo.

No âmbito dessa MP, existe uma estratégia para a quitação das dívidas com a União, mas existe um percentual de endividamento dos clubes que não se refere às dívidas com a União. Então, como estratégia da MP em relação às suas dívidas, nós percebemos que há uma tentativa de induzir melhorias na área administrativa, na gestão e na área fiscal, por meio das debatidas contrapartidas e de limitações em termos fiscais e de gastos.

Toda administração, para que ela tenha sucesso ou para que o negócio gere seus objetivos, tem de ter transparência e publicidade. E a MP fala de alternância de comando, que eu prefiro que essa discussão seja mais voltada para aqueles que realmente estão dentro desse cenário. Mas transparência e publicidade fazem parte como exemplos de alguns elementos que devem haver na gestão administrativa.

Na gestão fiscal, regularidade com as obrigações trabalhistas e tributárias é o mínimo que o trabalhador que está ali necessita para ter segurança daquilo que ele está fazendo. Então, é um fato importante ter essa regularidade fiscal em dia.

Limitação de despesas. Isso faz parte do planejamento, ninguém pode gastar mais do que o que tem de recursos.

E publicação de demonstrações contábeis é um fato que está relacionado também à administração e à publicidade.

Eu queria trazer mais um ponto em relação a termos todo esse cenário da possibilidade de haver um parcelamento, de ter-se de dar contrapartidas relacionadas a isso, de haver limitações em relação a sua gestão fiscal, em relação



a despesas, e aí tem-se o foco da fiscalização, que foi colocada como competente a criação de uma autoridade pública de governança do futebol.

Pela minha leitura em relação à MP, eu não sei se realmente estamos tratando da governança do futebol, mas simplesmente da fiscalização daquelas condições que são necessárias para que os clubes sejam capazes de ter acesso à continuidade, à manutenção daquelas exigências para que tenham acesso ao parcelamento de suas dívidas.

E essa autoridade pública estaria ligada ao Ministério do Esporte, isso faz sentido, mas com o apoio operacional dos próprios técnicos do Ministério. E, aí, cria-se uma preocupação por conta de o Ministério, pelo menos nos últimos anos, em relação aos grandes eventos que estão sendo feitos, estar com a carga operacional bastante prejudicada em relação ao número de servidores que ele tem. Então, essa é uma discussão que nós temos de fazer, que tem de ser feita, a de dar ao Ministério mais uma atribuição, mas também de dar a ele os meios para que ele consiga desenvolver bem as suas competências.

Então, de início, era isso que gostaria de falar.

Ficamos aqui à disposição e também para aprender bastante com aqueles que estão compondo a Mesa que devem falar em seguida.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Alípio Neto, do TCU.

Eu quero só convidar também o Dr. Ricardo Martins, que é do Bom Senso, para tomar parte na Mesa, porque daqui a pouco vai usar a palavra. Na bancada, exatamente, Deputado.

Eu quero passar a palavra agora ao jornalista Paulo Calçade para que faça suas considerações. Pode ser feita daqui ou... Pode, claro.

O SR. PAULO CALÇADE - Bom dia a todos.

É com muito prazer que atendo a esse convite. É muito importante o debate, devido à situação do futebol brasileiro. Eu gostaria de dizer a todos que o futebol brasileiro pode explodir do jeito que vai, mas já passamos dessa fase, as dívidas mostram que ele já explodiu.



Antes de mais nada, eu ocupo aqui um espaço que era do Juca Kfourri. O Juca mandou uma mensagem explicando a ausência dele. E eu acredito que ele aceitará outra convocação, está tudo certo. Mas ele explica e coloca uma posição que eu acho importante relatar aos senhores. Depois, eu vou fazer a minha explanação dentro do tempo.

Diz o Juca: “Primeiramente, eu quero me desculpar pela ausência, mas uma cirurgia em uma de minhas netas me segura em São Paulo. Eu gostaria muito de estar com todos para poder apoiar o Presidente do Flamengo e divergir do Diretor da CBF. Resumidamente, peço ao companheiro Paulo Calçade que transmita o que penso.

O futebol brasileiro precisa mudar e não para Boca Raton, como se mudou o Ex-Presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Precisa mudar seu modelo de gestão, profissionalizar-se, deixar de ser objeto de escândalos de corrupção ou de vexames como 7 a 1, de cuja responsabilidade o atual Presidente da CBF não pode se eximir, porque eminência parda na gestão de Marin é tão breve como pernicioso.

Haverá quem diga que a MP é inconstitucional; errará. Errará em português e em latim. Melhor em qualquer rábula, o STF já decidiu por unanimidade, ao acompanhar o relatório do Ex-Ministro Cezar Peluso, ao analisar uma ADIN do PP e de 20 clubes de futebol sobre o Estatuto do Torcedor com o mesmo argumento de hoje, de que feria a autonomia das entidades esportivas e que autonomia não significa soberania. Ademais, adere quem quer à MP e até os leigos sabem que em contratos de negociação de dívidas, é legítimo que os credores imponham condições aos devedores.

Urge que os clubes brasileiros se transformem em sociedades empresariais e assumam a gestão de seus campeonatos, deixando à CBF a gestão da Seleção Brasileira, como acontece em todo o primeiro mundo do futebol.

E será fundamental que uma agência reguladora, uma autoridade pública esportiva, tenha o nome que tiver, desde que independente, assuma o papel de fiscal das relações entre o público e o privado no futebol nacional. Há muito mais a dizer, e certamente o companheiro Calçade dirá. Eu fico por aqui não para tomar ainda mais o tempo dele. Agradeço a atenção e a compreensão por minha ausência, mas quem é avô certamente me entenderá.



Essa é a mensagem do Juca.

Eu milito no futebol diariamente há 31 anos, no futebol brasileiro e no futebol internacional, com muita experiência no futebol brasileiro e também muito boa no futebol internacional, inclusive acompanhando jogos *in loco*, o que nos dá uma visão completamente diferente do que é o futebol, do que é organizar o futebol, principalmente do poder que tem o futebol brasileiro. Quando olhamos para países que têm dois, três, quatro clubes disputando um título, aqui enxergamos a força dos nossos grandes, que nem sempre exercem a sua grandeza. Eles poderiam ser maiores.

Sabemos que aqui no Brasil poderíamos ter o melhor campeonato do planeta desde que fosse a nossa intenção trazer para cá o melhor futebol do mundo e fazê-lo funcionar. Nós temos essa capacidade. Nós temos. Ela é nossa. Não é fácil pegar um avião, vir para cá e ficar ouvindo o tempo todo como jogou bem o Barcelona, como foi o Messi, olha que legal é a Liga dos Campeões. Eu quero ouvir sobre os clubes brasileiros. Eu quero ouvir sobre a Libertadores. Nós vimos jogos bem bacanas, tirando evidentemente o Corinthians do Andrés. Esse futebol queremos trazer, e podemos.

O que nós não podemos é nos conformar que aqui podemos aceitar a periferia do futebol mundial, e o bom está lá fora com os nossos jogadores. O que nós adoramos aqui é ficar fazendo levantamentos. Olha quantos jogadores brasileiros nas semifinais da Liga dos Campeões. Isso é uma derrota. Eles deveriam estar aqui. Infelizmente, o futebol sul-americano, latino-americano, exerce não a sua grandeza, mas a sua fragilidade. Então, eu não aceito isso.

Eu quero ver o futebol brasileiro forte aqui. Hoje, nós deveríamos estar discutindo, como disse o Pedro agora há pouco, esses 30, esses 20 mil desempregados, desemprego que aconteceu domingo, quando acabaram os estaduais — a maior parte pelo menos — e 400, 500 clubes do futebol brasileiro fecharam as portas. Acabou o ano para eles. O ano acaba em maio no futebol brasileiro para a maioria dos clubes, e são desempregados. São jogadores que já vivem de uma forma — quem jogou sabe — aviltante. Clubes que não pagam, e o jogador nem vai encontrar o clube para reivindicar os seus salários e o que ficou pelo caminho.



São preparadores físicos, massagistas, treinadores. É uma cadeia produtiva no futebol brasileiro que precisa ser tratado como indústria. Nós temos a capacidade de torná-lo uma grande indústria dentro do nosso País. Infelizmente, olhamos para aquilo que está fora, dizemos que é muito bom, que é legal, mas nós aceitamos isso. Isso é para eles, não é para nós. Barcelona, a economia da Espanha é maior do que a brasileira? Começamos a discutir alguns pontos muito estranhos. Eles começam a mudar lá fora também.

No final eu vou ler um texto sobre essas questões de interferências, de ingerências, o que está acontecendo na Europa. A Europa está mudando o seu entendimento sobre a participação de federações, de entidades esportivas. É o Conselho da Europa que está pensando isso. Não é um ou outro país. A Espanha agora vive um movimento de greve, um movimento de greve da associação dos jogadores com a federação espanhola. É incrível! Eles conseguiram. O Conselho Superior de Esportes, uma entidade do governo, mudou a forma de negociação de direitos e deveres que só gerava desigualdade, criava dois gigantes cada vez mais fortes. E os outros? Os outros pelo caminho dissolvendo-se.

Mesmo com todo o controle exercido lá, as dívidas do futebol espanhol são imensas, gigantes. A arrecadação no caso de Barcelona e Real Madrid é de um para um. Eles arrecadam 500 milhões de euros e devem 500 milhões de euros. Então, é uma dívida mais fácil de controlar, mas os outros são os outros e resta uma pequena parte. Só de direitos de televisão foram 140 milhões de euros para cada um até agora. Eles mudaram isso.

Onde está pegando lá? Eu traço um paralelo para podermos discutir o que está acontecendo aqui. Eles querem mudar a relação para colocar dinheiro na segunda divisão também, porque a relação era de 90 para a primeira, dez para a segunda. Na Alemanha é de 79 para a primeira, 21% para a segunda; na Inglaterra é de 80 a 20. Olhar para a segunda, eles olham para o futebol feminino, e essa é a mudança que eles fizeram e é por isso que estão chiando.

Conseguiram levar os clubes para a mudança, que era o mais difícil, imagina convencer Barcelona e Real Madrid que eles vão ter menos dinheiro agora? Isso será impossível, mas quem chia é a Federação, por quê? Porque o Governo tirou o



repassa de loteria e exigiu auditoria nas contas, *“Opa, auditoria nas contas não, gente, isso já é demais para o nosso gosto.”*

Então, vou ler uma matéria do El País, importante para traçar esse paralelo. *“Conselho da Europa avalia que federações que se submetem a uma lei — é do dia 23 de abril, isso aqui é recente —, quando o Governo espanhol, por meio do Conselho Superior de Esportes, começou a aplicar às federações e entidades esportivas a Lei da Transparência, algumas delas, como a Federação de Futebol Espanhola e o Comitê Olímpico Espanhol, queixaram-se amargamente e, até mesmo, ameaçaram denunciar a interferência do Estado em assuntos que não são de sua atividade.”* Isso aqui é aquela pedrinha: *“Vou correr para a FIFA, olha a FIFA aí, gente”*. A FIFA é fantástica para punir Guam, Burkina Faso, agora eu quero ver é entrar nessa briga, porque não é uma briga contra o futebol espanhol, é a comunidade europeia que está entrando em campo agora. No entanto, para o Conselho da Europa, cuja Assembleia Parlamentar da Primavera acontece nesta semana, em Estrasburgo, o pedido de transparência às federações esportivas não só é uma ingerência, como uma exigência que devem tomar todas as sociedades democráticas.

Aspas, porque agora eu vou ler o trecho do relatório da Comunidade Europeia. *“A Assembleia reafirma que a necessidade de assegurar a independência do movimento desportivo deve estar acompanhada pelo imperativo de assegurar que essa independência não se torne uma cobertura, um obstáculo para justificar a falta de ação contra as más práticas que burlam a ética desportiva e os acordos que, quando se trata de empresas comerciais, se submetem ou deveriam se submeter as leis penais”*. Assinala um dos pontos do relatório intitulado A Reforma da Governança no Futebol, que, na quinta-feira, examinou a Assembleia Parlamentar com representantes dos 47 países do Conselho da Europa. Não é uma questão de um país agora com a FIFA, agora é o continente europeu falando *“Calma, calma porque eu conheço o que você fez no verão passado”*, que é o relatório escrito pelo trabalhista britânico Michael Counort, foi iniciado na sequência de alegações de corrupção no interior da FIFA e é muito crítico com o funcionamento do máximo organismo do futebol mundial e com sua maneira de gerir a escolha dos mundiais de 2018 e 2022, como a investigação interna que encerrou a crise.



FIFA contratou um investigador, chegou ao relatório e falou: *“Muito bom esse relatório, engaveta, porque é um relatório que não nos interessa”*. É assim que as coisas funcionam, e a comunidade europeia agora está falando para eles: *“Não é assim que as coisas funcionam, não venha com esse medinho, jogar medinho para cima da gente, porque não é assim que elas funcionam”*. O conflito entre a Federação e o Conselho Superior de Desportos, cujos líderes ainda não encontraram uma via de diálogo, começou quando o CSD submeteu à Federação de Villar, assim como às outras federações espanholas, uma auditoria, e se agravou quando o CSD, em aplicação à Lei do Esporte — essa lei é de 1990, quando os clubes viraram sociedades anônimas também desportivas, porque já naquela época o futebol espanhol estava indo para o buraco...

Eles começaram naquele momento a elaborar um decreto lei para venda coletiva, e ele culminou agora, dos direitos de televisão, com o apoio da própria liga profissional. Então, governo e liga entraram num acordo e disseram que aquele modelo não servia ao futebol espanhol. E eles conseguiram, no dia 30, assinar um novo acordo com os clubes. Então, os futebolistas espanhóis, porque o governo também está vindo para cima dos contratos. Há presidentes de clube indo para a cadeia; há presidente cumprindo pena; há prisão pedida para Presidente do Barcelona por negociações; o Messi teve de tirar do bolso 14 milhões de euros para interromper uma questão na Justiça.

Então, o FISCO está vindo para cima dos contratos dos jogadores. Para exigir uma parcela da Receita, Villar evocou um artigo dos estatutos da FIFA, que declara as federações proprietárias das competições, e ameaçou denunciar a Espanha, que antepunha as suas próprias leis às leis do futebol. Aquela velha jogada com a FIFA, como a gente viu recentemente vindo lá de Zurique, ante o organismo presidido por Joseph Blatter .

Bom, encerrando, essa preeminência das federações sobre os estatutos não é compartilhada pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa , cuja última Recomendação, a de nº 17, exorta os Estados-membros a estabelecer um quadro jurídico para incentivar as organizações desportivas, dentro de sua jurisdição, para o combate à corrupção, incluindo as normas legais que assegurem que as federações que lidam com grandes somas de dinheiro se submetam às regras de transparência



e de orçamento, aplicadas às companhias comerciais, ainda que as federações estejam constituídas como associações sem fins lucrativos.

Só para trazer à luz para o debate, que é muito utilizado esse medo que se joga da FIFA, isso aqui é a Comunidade Europeia fazendo uma nova leitura sobre essa relação.

E, assim, eu encerro e agradeço a participação e o convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado pelas suas considerações, jornalista Calçade.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Eduardo Bandeira de Mello, presidente do Flamengo, que representa neta audiência os clubes, para as suas considerações.

O SR. EDUARDO BANDEIRA DE MELLO - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Bom dia a todos, é um prazer enorme estar aqui mais uma vez. Já lá se vai 2 anos desde que nós começamos a discutir aqui esse assunto, no tempo em que ainda era PROFORTE. Eu tenho a impressão de que nós estamos chegando aí a um final feliz, eu sou otimista.

Queria começar pedindo ao Calçade para levar ao Juca Kfourri os meus votos pelo pleno restabelecimento da netinha dele. Eu não tenho netos, mas eu morro de inveja de quem tem. E aproveitando também a menção elogiosa que o Juca fez à minha pessoa, eu queria me referir aqui a uma notícia que saiu durante esta semana, que os jornalistas não pararam de me ligar aí nos últimos dias perguntando se o Flamengo iria realmente se filiar à Federação Paulista de Futebol, o que muito me honraria. Quem é filiado à Federação do Rio qualquer alternativa é excelente. Isso muito me honraria, eu sei que juridicamente é impossível, mas aproveitando que o Juca disse que viria para cá para concordar comigo e para discordar da CBF, eu concordo com praticamente tudo que o Juca escreve na sua coluna, com as suas intervenções na *ESPN*, mas como eu acho que existe ainda um grande espaço aí para diálogo, eu queria ter aqui uma postura conciliadora, que talvez me valesse uma filiação na Federação Mineira, e não na Paulista.

(Não identificado) - *(Intervenção inaudível fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO BANDEIRA DE MELO - O Corinthians também pode ir para a Mineira. O Andres é um grande conciliador também, muito melhor do que eu.



Então, eu vou ser bastante rápido, e eu queria rememorar um pouco tudo o que nós já fizemos aqui nesses últimos 2 anos, quando começamos aqui na época ainda do PROFORTE, e que depois evoluiu para a Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte, inspirada, inclusive, na lei que está fazendo 15 anos por esses dias, acho que foi ontem, e que acabou redundando nessa Medida Provisória 671, que nós estamos discutindo aqui hoje.

Quando eu fui convidado, — e fiquei muito honrado em representar os clubes na edição da MP — eu disse que a MP não era a solução para todos os nossos males. Existe uma agenda grande a ser endereçada aqui nesta Casa pelos clubes, pelos jogadores, por todos nós, para reformular e realmente dar um choque de gestão no futebol brasileiro, mas que, certamente, nós não conseguiríamos atingir esses objetivos aqui neste momento. Hoje nós estamos tratando aqui de uma situação emergencial em que nós precisamos dar condições mínimas de modernidade, de governança e de moralidade ao futebol, estabelecer contrapartidas duras, porém necessárias, e conseguir um parcelamento das dívidas fiscais dos clubes, exatamente para que os clubes possam se ver no marco zero para poderem se adequar a essa nova realidade regulatória.

No dia seguinte à edição do formato definitivo dessa MP, eu me comprometo, todos nós aqui já nos comprometemos, a continuar discutindo tudo aquilo que é necessário para que nós possamos, finalmente, chegar a um marco regulatório mais moderno e adequado para o nosso futebol. E aí eu tenho certeza que todos nós chegaremos a um consenso.

Com relação a nossa MP, já fazendo meu papel de conciliador e candidato a filiado na Federação Mineira, eu acho que é perfeitamente possível nós chegarmos a um acordo que nos atenda a todos.

Não vou entrar em detalhes, mas a medida provisória foi editada no Planalto — imagino até que como uma colaboração —, a partir de algum diálogo com estas Casas Legislativas, para que ela pudesse voltar e ser aperfeiçoada. A MP, do jeito que está, requer algumas modificações evidentemente, mas eu acredito que o seu cerne, que são as medidas de responsabilidade, deve ser mantido.

Existe, é claro, alguma adaptação que precisa ser feita. Eu citaria aqui o art. 8º, que todos concordam deve ser mudado, aquele que estabelece uma conta única,



centralizadora, para todos os clubes, ele não só é uma medida de eficácia duvidosa, como vai totalmente contra qualquer princípio de gestão de riscos, princípio de boa prática bancária. Acho que, depois de algum tempo, todos conversamos e já vimos que temos que eliminar esse art. 8º. E ele não precisa ser substituído por nada.

Quanto ao art. 5º, que fala da CBF, que fala das entidades de administração do esporte, acredito que pode haver flexibilidade, que pode haver diálogo entre clubes, jogadores, representados pelo Bom Senso e pela CBF, e acredito que vamos chegar a um bom termo.

Ainda dentro do art. 5º, que fala das entidades de administração, eu gostaria de voltar ao tema que me leva a ser classificado como um candidato à filiação e a outras entidades, que é a situação que estamos vivendo no futebol carioca hoje e que é absolutamente insustentável.

E gostaria de rememorar o que aconteceu. Não a crise, aquelas “baixarias” todas que vocês já ficaram sabendo, mas o que levou a essa situação que faz com que as nossas federações, boa parte delas, não sejam absolutamente representativas dos seus filiados, dos torcedores, da população dos Estados que elas deveriam representar.

Tudo isso começou na década de 70, com a Lei nº 6.251, de outubro de 1975, que instituiu o voto unitário nas federações. Até então as federações eram livres, os clubes eram livres para se organizar e estabelecer o critério de votação nos conselhos arbitrais, nas assembleias gerais. E em nome de uma regra que, teoricamente, seria democrática — um voto para cada clube, um voto para cada liga —, estabeleceu-se uma situação que nos trouxe exatamente ao que temos hoje, quando um clube como o Flamengo, que tem 40 milhões de torcedores, que tem mais de 50% dos torcedores do seu Estado, do Rio de Janeiro, para não falar do resto do Brasil, ele tem 6 votos.

O Deputado Andres já está reclamando — até do Rio de Janeiro ele já estão reclamando. Mas tudo bem, vocês são vice nesse caso aí.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. EDUARDO BANDEIRA DE MELLO - Pois é. Deixe-o. Deixe aí.

O Flamengo hoje tem, na Federação do Rio de Janeiro, seis votos a mais do que o clube do Piscinão de Ramos, do que o clube amador esportivo da Colônia



Juliano Moreira, do que a liga amadora de Varre-Sai , um Município no noroeste do Estado. Isso é o que nos leva a ter um campeonato como o que nós acabamos de ter aqui no Rio de Janeiro, o que leva a essa situação absolutamente injusta.

A Lei nº 6.251, de 1975, que instituiu o voto unitário, não vigora mais. Ela foi substituída pela Lei nº 8.672, de 1993, e depois substituída pelo art. 22 da Lei Pelé, que não mantém a obrigatoriedade do voto unitário. Ela permite a diferenciação de votos, mas estabelece o limite de seis vezes entre o voto de menor e o de maior valor, o que faz com que o Flamengo esteja sub-representado da maneira como está.

Para vocês terem uma ideia, na Federação do Rio de Janeiro hoje, os clubes da série A têm seis votos, os clubes da série B têm quatro, os da série C têm dois e os clubes amadores e as ligas tem um voto, o que faz com nós tenhamos um total de 264 votos na assembleia geral da Federação do Rio, dos quais o Flamengo tem seis, o Fluminense tem seis, o Vasco da Gama tem seis e o Botafogo tem seis. Se juntarem os quatro clubes grandes do Rio de Janeiro, que têm 100% dos torcedores, esses quatro clubes reunidos têm menos de 10% da assembleia geral do Rio de Janeiro.

Isso precisa ser mudado urgentemente. Acho que há muita coisa que pode ser flexibilizada no art. 5º, e isso vai ser objeto de muita discussão ainda. Eu me coloco totalmente à disposição para que isso venha a acontecer. Eu tenho certeza de que nós podemos substituir, pelo menos parcialmente, pela correção dessa injustiça.

Eu já conversei com o Deputado Otavio Leite, nosso Relator, sobre isso, não porque ele seja do Flamengo, mas porque ele é um Deputado preocupado com a justiça e com a democracia. Eu tenho certeza de que esta Comissão vai reconhecer a pertinência dessa reivindicação que eu estou fazendo agora, que é absolutamente urgente, para que seja incluída na nossa medida provisória.

Então eu fico por aqui, estou à disposição para responder a qualquer pergunta. Eu acho que nós estamos começando um diálogo. A CBF — Confederação Brasileira de Futebol vai expor as suas preocupações, algumas delas são extremamente pertinentes. O Bom Senso vai expor também aqui as suas preocupações, que eu também considero totalmente pertinentes.



Já incorporando nessa minha nova feição mineira, eu tenho certeza de que o Flamengo vai contribuir para que nós cheguemos a um bom termo, que nós possamos preservar o espírito da nossa MP 671. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Eduardo Bandeira de Mello.

Eu queria só ratificar a informação de que as pessoas, por favor, possam se identificar. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet. Portanto é importante que as pessoas, mesmo as já bastante conhecidas, possam fazer a identificação para facilitar a identidade aos nossos internautas.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Alexsandro Souza, que representa aqui o Bom Senso, para fazer as suas considerações, e, em seguida, ao nosso amigo Walter Feldman.

O SR. ALEXSANDRO SOUZA - Bom dia a todos. Quando fui convocado para estar aqui em Brasília, eu realmente fiquei meio pensativo. Isso aqui não é um *métier* muito legal para quem foi jogador de futebol.

Olhando o Deley, olhando o Paulo Vitor, olhando o Deley, eu acredito que estão passando por um processo para se adaptarem a esse tipo de situação.

Eu vou tentar ser o mais breve possível, iniciando onde acabou o Presidente Bandeira: as nossas preocupações como ex-atletas de futebol. Vou me colocar ainda como atleta, porque parei de jogar futebol em dezembro, e ainda está muito vivo o sentimento de jogador de futebol.

Falar a meu respeito é muito simples, porque eu joguei num grande nível, então as dificuldades que eu tive, ao longo da carreira, foram bem pequenas. Mas eu encontrei em vários jogadores — até há um aqui com dificuldades enormes para sustentar a sua família — todas as dificuldades que qualquer profissional de futebol encontra no Brasil, até mesmo em equipes de primeira divisão.

Eu vou me ater muito pouco a essa situação da MP, porque, como eu falei, não é o *métier* de jogador de futebol. Fica para vocês do Legislativo e para quem conhece esse meio. Eu queria somente passar as minhas preocupações com o futebol brasileiro. O Calçade usou um termo aqui interessante. Ele disse que o futebol explodiu. E realmente explodiu. Os números mostram isso.



Eu encerrei a minha carreira em dezembro num clube de médio para pequeno porte no Brasil, o Coritiba, cujo ex-Presidente acabou tendo as contas reprovadas agora pelo deliberativo do clube. Isso é histórico. É a primeira vez que isso acontece no clube. É uma demonstração clara de uma gestão temerária. Hoje, fatalmente não acontece nada com esse dirigente. É claro que provavelmente ele também enfrentou algumas dificuldades da gestão anterior. Provavelmente, ele utilizará isso em defesa própria. Mas isso realmente causa preocupação, porque, se cada dirigente que vier jogar a responsabilidade para a gestão anterior, vai chegar a um momento em que o futebol brasileiro realmente vai chegar ao seu final.

O professor Pedro, no início, falou da preocupação dele, que o futebol não era um esporte popular no início e talvez não seja no futuro. Então, essa discussão se torna interessante, para que nós tenhamos democracia nas federações, nos próprios clubes, na própria Confederação Brasileira de Futebol — CBF.

Sinceramente, eu não vejo ingerência nenhuma... Uma entidade como a CBF ganha 500 milhões no ano de 2014, e de repente os jogadores que a ajudaram a chegar a esse valor não têm direito a voto dentro das próprias federações ou dentro da própria CBF, não participam de conselho técnico, não discutem futebol. Como eu falei não é o meu *métier* aqui, como também não é o *métier* da CBF discutir futebol. Há muita gente lá dentro que provavelmente não sabe o que acontece de um jogo de sábado para terça-feira.

Eu vou dar o exemplo do meu clube. Ele perdeu o Campeonato Parananense no domingo, perdeu ontem pela Copa do Brasil, fará um jogo sábado em Chapecó e já terá o jogo de volta da Copa do Brasil. O Andres provavelmente está muito triste com a situação do Corinthians na semana passada, porque vinha bem, mas em 15 dias a coisa desandou de uma maneira absurda.

Então, chegou o momento no futebol brasileiro de se criar uma moralidade e uma modernização, porque, se seguirmos da maneira como estamos, provavelmente nós voltaremos a discutir isso daqui a alguns anos, como já aconteceu com a timemania e em outras situações. Então, realmente chegou o momento de mudança. Chegou o momento de as coisas funcionarem de uma maneira diferente.



Eu poderia ficar falando aqui de coisas que acontecem com outras pessoas, mas eu queria passar a palavra para o Pedro, que é um jogador de futebol. Talvez ele seja o verdadeiro jogador brasileiro, não como esses que nós vemos na televisão, não como esses que estão jogando na primeira e segunda divisão. Um jogador que provavelmente tem as dificuldades dele. Talvez existam dificuldades maiores, talvez existam menores. Mas esse é o futebol brasileiro. Isso é o que acontece em cima do que o Calçade falou. As pessoas, os jogadores, os profissionais trabalham de novembro a fevereiro, abril no máximo. Depois, as dificuldades começam a aparecer.

Então, Pedro, por favor, conte a sua história, a história do seu clube, para que quem não entende, para que quem não sabe como é o futebol brasileiro, passe a, pelo menos, ter um pouco de entendimento daquilo que os jogadores e os profissionais de futebol passam no País, que um dia foi o país do futebol, mas que realmente, hoje, já não é mais.

O SR. PEDRO AYUB - Bom dia! Primeiramente, quero a oportunidade de relatar o que o Alex e o Calçade falaram. Eu estou no Brasília, e nós tivemos a nossa final em maio. Aqui no Distrito Federal há apenas uma vaga para a Série B. Nós fomos para a final no ano passado e fomos campeões da Copa Verde, o que nos garantiu a Sul-Americana em agosto. E agora, durante 4 meses, o clube não vai ter o que disputar. Ele vai ter que ficar 4 meses parado, para disputar a Sul-Americana em agosto. Como é que o clube vai se organizar a respeito dessa situação, sendo que no primeiro semestre fizemos 26 jogos em 3 meses? Isso é para os senhores verem como é o calendário do nosso futebol brasileiro.

Nós fizemos, há quase 3 dias, uma partida. Tivemos que viajar para alguns jogos pela Copa do Brasil e pela própria Copa Verde. Agora, vamos ter 4 meses historicamente parados. Muitos atletas aqui no Distrito Federal hoje... Eram 11 clubes, e 10 deles fecharam as suas portas. Em média, normalmente, há 35 atletas em cada clube, fora o pessoal de apoio e a comissão técnica, quando se chega em torno de 50 pessoas ou mais. Essas pessoas vão ficar desempregadas. E nós temos esse calendário em que jogamos 26 jogos no primeiro semestre. Se tivéssemos ido mais longe na Copa do Brasil, ainda estaríamos jogando. Mas a dificuldade de um clube que não tem como se organizar em cima de um calendário é muito grande.



Como é que um clube que tem 3 meses, 4 meses de calendário vai se programar para o ano todo?

Nós temos essa situação ímpar da Sul-Americana em agosto, mas até lá são 4 meses. O que será de nós nesses 4 meses? Como um clube se organiza em 4 meses? Como é que os atletas vão fazer isso com 4 meses parados? Você joga 26 jogos em 3 meses e tem uma folga de 4 meses.

Então, nós vivemos em cima desse calendário, dessa situação. Queria relatar o que o Alex falou. A situação do Brasília hoje é uma situação que muitos clubes pequenos vivem no Brasil. Eles não têm estrutura e não têm um calendário adequado para poder se adaptar e poder dar mais condições os seus atletas e ao pessoal de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem! Obrigado, Pedro. Só lamento que tenha sido contra o meu Paysandu essa derrota da Copa Verde aqui no...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - O *(ininteligível)* hoje tem a oportunidade de ficar alegre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo!

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Vai ter o Remo em Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É verdade. Obrigado pelas suas considerações também, Alex.

Eu vou passar a palavra agora ao Walter Feldman, que representa aqui a Confederação Brasileira de Futebol — CBF.

O SR. WALTER FELDMAN - Bom dia a todos! Eu queria cumprimentar o Deputado Federal Arnaldo Jordy, um paraense extraordinário, um homem da sustentabilidade com quem compartilhei intensamente a última campanha eleitoral aqui no Brasil. Queria cumprimentar o Senador Sérgio Petecão, os Srs. Senadores e o Presidente da Comissão Mista que trata da Medida Provisória nº 671. Cumprimento aqui no plenário os Srs. Deputados, os meus colegas, amigos queridos, o Deputado Andres Sanchez, que vi, com muita alegria, chegar ao Congresso Nacional. Esse homem fala, com muita verdade, sem hipocrisia, e



entende a internalidade e a complexidade do futebol brasileiro. Cumprimento os componentes da Mesa e saúdo aqueles que nos acompanham.

Eu venho aqui acompanhado do Diretor Executivo de Gestão da CBF, o Dr. Rogério Caboclo; do Dr. Álvaro Melo, nosso assessor jurídico, que talvez seja um dos juristas mais importantes no Direito Desportivo brasileiro; do Vandenbergue Sobreira, que tem sido o nosso Diretor de Assessoria Legislativa; e os novos diretores Marcelo Aro, chamado de a vítima do dia da sanha do jornalista Juca Kfourri, e do meu amigo Vicente Cândido, que também foi nomeado Diretor de Assuntos Internacionais.

Eu queria dizer que, para mim, é muito importante voltar a este Congresso. Passei 12 anos aqui e completei 40 anos de vida pública no Parlamento Municipal, Estadual e Nacional, além de outras funções executivas. E é uma alegria, porque venho representando a CBF em uma transição da política para o futebol, o que eu fiz com muita análise e determinação depois de um convite formulado pelo Presidente Marco Polo. Ele me convidou para construir, junto com a sua diretoria, uma gestão moderna, transparente, social e responsável. Essas palavras me encantaram. Eu já havia tido uma experiência anterior com ele quando fui Secretário de Esportes da cidade de São Paulo por 4 anos. Ele era o Presidente da Federação Paulista de Futebol quando eu pude, na prática, conviver com a sua determinação, as suas medidas e o seu desejo de construir uma Federação Paulista, naquela oportunidade, com essas características que pretendemos levar à CBF.

Quando o Eduardo Bandeira de Mello se diz desejoso de participar da competição paulista é uma demonstração de que há uma diferença de tratamento nas federações. E lá virou um modelo para o Brasil, o que pretendemos implantar na Confederação Brasileira.

Na última vez em que participei desta Comissão como Deputado, Arnaldo, eu também estava como membro titular da Comissão de Minas e Energia, que, ao lado, Alex, fazia uma audiência com a ex-Presidente Graça Foster. E a Comissão do Esporte estava recebendo, naquela oportunidade, o ex-Presidente Marin e o Vice-Presidente Marco Polo. Toda a imprensa estava na Comissão do Esporte, e não havia praticamente ninguém na Comissão de Minas e Energia, com a presença da Presidente da PETROBRAS tratando, inicialmente, do caso de Pasadena. Era



exatamente naquela oportunidade, mas o tema não tinha a dimensão que teve posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se fosse hoje, provavelmente, seria o inverso.

O SR. WALTER FELDMAN - É, a imprensa aqui presente demonstrou que aquilo que foi tratado pelo Pedro, de certa forma, é a importância do futebol.

Eu só discordo, Pedro, quando você diz que nós corremos o risco de algum dia o futebol não ter a importância que tem. Na minha avaliação, isso é impossível. O futebol está entronizado na cultura e nas relações humanas que fazem do Brasil um país particularmente especial.

Se houver perdas do ponto de vista econômico, se não soubermos compreender a característica produtiva que o futebol tem na geração de emprego, de renda e particularmente no desenvolvimento de paixões, as peladas cumprirão o seu papel.

Um pensador francês diz o seguinte: *“A pelada pode ter uma complexidade shakespeareana”*.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER FELDMAN - Como?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER FELDMAN - Não, não é não, mas pode ser também. O Nelson contribui muito para o pensamento sobre o futebol. Ou seja, o futebol é muito mais importante do que nós imaginamos, com essas complexidades aqui relatadas do ponto de vista das...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. WALTER FELDMAN - Quem foi que falou? *(Pausa.)* Eu acho que vai ser aberto depois do plenário. Só para criarmos uma relação em que possamos apresentar as nossas ideias e o nosso conteúdo.

Mas eu fiquei muito apaixonado no período da Secretaria de Esportes. Lá, eu compreendi com maior clareza aquilo que foi dito aqui, ainda que superficialmente — o Pedro citou —, sobre a pouca importância que se dá ao esporte nacional. Não há políticas públicas consistentes, seja do ponto de vista da organização de uma estrutura de longo prazo, seja do ponto de vista orçamentário, seja do ponto de vista



da compreensão dos governantes de que a atividade física, esportiva e particularmente o futebol podem ser determinantes no processo educacional do Brasil.

O Dunga, na última escalação, na última pergunta, fala exatamente isso: “*Nós só vamos modificar profundamente a estrutura do futebol, quando a educação física foi retomada com vigor nas escolas brasileiras.*”

Parece que foi mais ou menos o comentário que nosso companheiro fez, lá no fundo. Ou seja, esse é um processo civilizatório integrado. Não cabe apenas às direções, aos governantes ou aos dirigentes do sistema do futebol brasileiro. Não. Não tem nenhum problema com a presença dele, não. Não. Não. Pelo amor de Deus. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho. Amigo, se você pode ficar onde quiser. Essa audiência é pública.

O SR. WALTER FELDMAN - Ele é muito bem-vindo. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A sua pergunta, mesmo interrompendo, não foi desrespeitosa, no entendimento da Mesa.

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* sob ameaça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Não. Você pode ficar aí. Por favor, você pode ficar aí, desde que respeitosamente obedeça às regras. Está certo?

Meu queridíssimo Walter, perdoe-me a breve interrupção.

O SR. WALTER FELDMAN – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aproveito esse episódio para pedir ao Deputado João Derly, nosso Vice-Presidente, que ocupe a condução da Presidência. Eu tenho que dar presença na Comissão e retorno em seguida.

Pois não, Dr. Walter.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu preparei tudo para o Deputado Arnaldo Jordy ouvir, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. Eu vou ficar aqui um pouquinho.

O SR. WALTER FELDMAN - Está bom. Eu queria que o senhor ficasse, até porque o senhor deve representar o torcedor, que é a figura central do futebol e



representa exatamente o povo brasileiro. Mas eu queria citar a importância desse aspecto. Viu, Alex. Ou seja, ou o Brasil decide que a atividade esportiva é essencial para a formação da nossa criança, porque nós investimos, do ponto de vista público, para que a educação física seja retomada nas escolas, ou nós sempre pensamos na superestrutura do sistema.

Há uma infraestrutura que tem que ser retomada. Eu militei muito no futebol de várzea. Sei que o futebol sobrevive por conta do esforço da comunidade, de uma população pobre, que não tem nenhuma condição de fazer a logística dos jogadores, quando se deslocam para outros campos. A sustentação e a manutenção dos campinhos, dos terrões de várzea, que não têm nenhuma proteção, nenhum abrigo foram substituídas por prédios e condomínios que transformaram esse espaço lúdico, esportivo, essencial do ponto de vista das relações comunitárias e coletivas, em espaço superados, fazendo com que as crianças voltem para dentro de suas casas, dos seus computadores, dos seus aparelhos eletrônicos, perdendo essa característica que faz parte da civilização brasileira, que empolgou e continua empolgando o mundo.

Essa me parece uma questão central que poucas vezes é abordada. Ou seja, como é que nós podemos fazer com que a atividade física esportiva, até para combater o sedentarismo, a obesidade, que são problemas graves de saúde pública, importados dos Estados Unidos e da Europa, que estão chegando com muita força e muita virulência ao nosso País. Isso tem que ser pensado.

Esse é um programa com o qual o Ministro dos Esportes tem revelado a sua preocupação. Nós, da CBF, vamos ao Ministério da Educação levar as mesmas preocupações. A afirmação do Dunga corresponde à preocupação do Marco Polo, em relação a esse aspecto. Você, que foi e ainda é dirigente dos clubes esportivos não-futebolístico do Brasil, sabe a importância da nossa preocupação.

Ontem nós tivemos uma reunião muito importante com o Dunga e com o Gilmar Rinaldo para discutir a formação de base. Qual é a característica da formação de base do futebol brasileiro hoje? Por que existe uma exportação precoce dos nossos craques, semelhante ao que os portugueses faziam com o nosso ouro, que, sem nenhuma maturação, sem nenhuma agregação de valor, rapidamente caminhava para Portugal e para a Inglaterra.



Como nós vamos tratar dessa questão? Nós vamos enfrentar os impedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente? Nós vamos conseguir mantê-los e retê-los? É uma questão dramática do ponto de vista ideológico, doutrinário, mas que interfere profundamente a chamada indústria do futebol.

Eu queria com muita segurança dizer a V.Exas., aí eu queria que retirasse das minhas afirmações a representação oficial da CBF e levassem em conta que eu vivi um longo período Parlamentar.

Portanto, com as características da polêmica do debate democrático, do fretamento das ideias, mas principalmente na busca da síntese. Quem vive o Parlamento sabe que aqui se encontra o caminho da possibilidade, longe muitas vezes do ideal, mas da possibilidade de se realizar as transformações que a sociedade democrática exige. Eu quero dizer aos senhores, retirando o meu excesso, por conta de ter sido Parlamentar por muitos anos, a representação que tenho aqui.

O futebol brasileiro não explodiu. Não explodirá. Há movimentos de implosão. Eu quero dizer aos senhores que eu tenho uma velha amizade com Juca Kfourri. Uma velha amizade. Nós somos de pensamentos ideológicos bastante similares, muito próximos. Mas hoje a minha identidade com o Juca, já que ele leu a carta, mesmo sem ter vindo, é a preocupação com os netos. A única identidade que eu tenho com o Juca. Compreendo a sua ausência aqui. Também se eu tivesse um neto incomodado por qualquer moléstia, também não viria. Mas nós não podemos viver num sistema de liberdade de imprensa, em que a pena abriga visões equivocadas, centradas numa polêmica permanente, contumaz, cega, crítica em relação a tudo que se faz de um modelo de direção que passa por um processo de transformação que será democrático. Não virá através de medidas provisórias ou de leis. Há uma independência à autonomia na Constituição e na legislação brasileira que permite que as entidades criem seus sistemas de modernização, de absorção de novos elementos, de novas corporações. Não será através de uma intervenção.

Nós temos balizados fundamentos jurídicos constitucionais que levam a crer. O Pedro confirma isso. A medida provisória tem rasgos dramáticos de inconstitucionalidade que não podem aqui ser admitidos, mesmo que seja por uma visão crítica, contumaz e cega de um desejo estimulado de mudança do atual



modelo. Viu, Alex? Lutamos muito para construir essa democracia, para imaginar que ela pode ser feita através de medidas autoritárias ou intervencionistas. É no debate democrático que ela será realizada. É no debate das instituições. Quando eu sou convidado para participar de uma instituição como a CBF, para realizar um processo de transição que teve uma direção durante um longo período. Depois dele, elege democraticamente uma direção comprometida com essas mudanças.

A afirmação do Marco Polo é a seguinte: “A sociedade humana mudou. A sociedade brasileira mudou. Não há porque o futebol também não mudar.” Nós vamos mudar profundamente, porque é uma exigência da nacionalidade do Brasil, dos torcedores, uma necessidade, neste momento, agudizada pelos problemas relativos ao endividamento, mas não só por isso. Se resolvermos o endividamento e as contrapartidas necessárias, já colocadas no direcionamento da FIFA, que o Professor Álvaro falará oportunamente, desde 2007, que só falta a participação da CONMEBOL e da Oceania. As outras configurações já estão realizando parte ponderável das contrapartidas colocadas no PROFORTE.

Na medida provisória, já foram definidas pela FIFA, desde 2007. Só falta realizá-las no Brasil, nos países da América do Sul e da Oceania. Nós vamos realizá-la, não porque seja um desejo do Executivo, dos Parlamentares, porque é uma necessidade de sobrevivência dos clubes. Se eles não tiverem transparência, prestação de contas, pagamento regular dos senhores jogadores; se não tiverem uma economia e uma estrutura financeira que seja contabilmente demonstrável e seja equilibrada, os clubes não sobreviverão. Isso é uma necessidade da atualidade.

Agora, essa crítica que coloca responsabilidade apenas só nisso, é uma crítica cega. Os problemas do futebol brasileiro são muito mais profundos. Eu listei alguns deles aqui.

Está aqui o Eduardo Martins. Um problema dramático em relação às novas arenas brasileiras com dificuldades enormes de sobrevivência, mas sem as quais não haveria a volta do público torcedor, como está acontecendo para o Palmeiras, para o Corinthians.

Isso está acontecendo também nos campeonatos do Nordeste feitos pela CBF, e não pela Liga do Nordeste, como a imprensa critica faz questão de ratificar, mesmo sabendo que não é verdade, porque não consegue aceitar que essa direção



possa tomar medidas adequadas como ampliar as competições do Brasil de seis para treze, como financiar integralmente o futebol do Brasil, sem nenhuma entrada de recurso.

A maioria não sabe que os treze campeonatos feitos na última gestão não têm nenhuma entrada de recursos por parte da televisão, por parte da bilheteria. Quem financia integralmente a CBF é a Seleção Brasileira, Alex. Os recursos vêm do patrocínio. Com esses recursos, são financiadas as competições nacionais e as regionais e é dado apoio, abrigo, aos clubes em dificuldades, como muitos que nós temos recebido todos os dias.

Não há nenhum valor nessas medidas? Será que o grupo de trabalho que o Presidente Marco Polo formou nos últimos dias para resolver problemas dramáticos, inadiáveis, como a aposentadoria dos senhores jogadores ou a reciclagem profissional após o término do período de atuação como jogador profissional não é uma medida relevante? Por que nenhum comentário dos jornalistas críticos? Não é um fato a ser apreciado? Não é um fato importante a histórica reunião havida, pela primeira vez, entre os treinadores da Série A?

E a avaliação de protocolos médicos a ser oferecida a todos os profissionais que estão em campo para tomar decisão, às vezes contrária à decisão dos próprios técnicos, que preserve a saúde e a vida dos senhores jogadores após uma eventual concussão cerebral? Nesse momento, é a visão do médico que deve ser respeitada, e não a do treinador, que pode refletir interesses no resultado final. Isso está sendo organizado, protocolado pela CBF, com uma orientação generalizada a todos os médicos que atuam nesse segmento.

Até que ponto, Sr. Paulo Calçade, é tão extraordinário o futebol europeu e nada o nosso futebol bretão, tropical, com as nossas características, com as mudanças que estamos fazendo e que faremos numa velocidade muito maior a partir do início dessa nova gestão?

Srs. Deputados, são 20 dias de gestão. A oposição espera 100 dias para começar as críticas contumazes e ferozes contra qualquer governo. A nós não foi permitido nem 1 dia. Nada! Imediatamente, começa o processo de crítica feroz.

Disse ao Sr. Juca Kfourri, meu dileto amigo — insisto em dizer que a primeira iniciativa que eu tive foi falar com o Juca —: *“Juca, eu sei que o Marco Polo quer*



mudar profundamente o futebol". Vejo isso no dia a dia. A velocidade de demandas, de desejos, de vontades do Marco Polo é algo que nós, da direção da CBF, não temos capacidade de operacionalizar. Disse: "*Juca, dá um tempo!*". Deveria ser uma frase nossa, dos dirigentes do futebol: Dá um tempo, Juca! Dá um tempo!

Nós queremos ter condições de mudar uma série de mecanismos que estão em desuso, estão superados. Parte deles está sendo operada pelo Diretor Rogério Caboclo. Eu vou citar rapidamente: instituição da área de planejamento estratégico para coordenar a condição interna do conjunto de inovações; contratação da Ernst & Young para coordenar o grande projeto de transformação do futebol brasileiro; criação de grupo de trabalho para estudar profundamente os problemas acumulados na relação entre clubes e jogadores, notadamente a aposentadoria e a profissionalização após o período de função profissional no futebol; Orçamento Base Zero, que é algo que todas as grandes empresas, multinacionais ou brasileiras, estão adotando para ter um rigor na visão do orçamento qualificado e moderno; regras de governança, *compliance* e *accountability* — nenhuma grande empresa do mundo hoje consegue funcionar sem esses dois instrumentos fundamentais de contabilidade e de acompanhamento dos fluxos dos processos —; pesquisa de opinião para nós sabermos exatamente qual é a opinião do torcedor em relação a horários dos jogos, dada a dramática situação que vivem os torcedores em grandes centros urbanos, com dificuldade de voltar às suas casas após o encerramento dos jogos.

Nós queremos saber, de maneira profunda, sobre a violência no futebol. E aqui eu cito, Alex, Paulo Calçade, a questão das arenas, um problema a ser enfrentado

Há, ainda, a competitividade no mercado internacional, que leva precocemente os nossos craques; o modelo de relação com os patrocinadores; a gestão que nós reconhecemos ultrapassada e não moderna de muitas federações, de muitos clubes, da própria CBF, que passa por um processo de modernização a partir do início dessa gestão de 20 dias apenas, insisto; educação nas escolas; formação de base; inclusão social; convocação de um congresso.

Por que será que o Juca não citou, em nenhum momento, nas suas críticas, que o Marco Polo, antes de assumir, no dia da posse, anunciou a realização do



primeiro congresso do futebol brasileiro? Sabe o que vai acontecer, Sr. Calçade, no congresso? Os senhores falarão abertamente tudo o que acham; poderão dar grandes contribuições. Nós vamos fazer mesas de todos os itens necessários para que o futebol passe a ser um instrumento de ação da sociedade brasileira, e não apenas dos dirigentes, dos jogadores, daqueles cronistas esportivos que nos dão as suas informações e as suas críticas muito bem-vindas.

Em nenhum momento eu faço qualquer crítica à liberdade de imprensa, mas ela não pode apenas destruir, não pode ter o caráter subjetivo e pessoal, como tem acontecido. Eu, que estou há 40 anos na vida pública, há 20 dias na gestão, só apanho, por estar hoje ao lado dos dirigentes do futebol brasileiro. Não há nenhum momento de complacência, um período de adaptação. É imediato. A crítica vem feroz.

O Andrés Sanchez sabe o que é militar com o cronismo esportivo, diferentemente do cronismo político. A *Veja* de São Paulo, que é crítica ao atual Governo, fez uma matéria favorável à medida provisória, fez editoriais favoráveis ao atual Governo. No cronismo esportivo, é muito difícil, Calçade, ter oportunidade para mostrar os fatos positivos que vêm vindo e que virão numa velocidade com que o senhor vai se assustar.

Há um desejo real de mudança, porque, se a mudança não acontecer, todos nós poderemos naufragar diante da necessidade de melhora, do ponto de vista cultural, educacional, produtivo, econômico, para que o Brasil possa desempenhar as suas funções.

Só quero dizer que os problemas do futebol são muitos. É um equívoco personalizar e direcionar os problemas do futebol em relação à qualidade dos dirigentes. É um equívoco. Os problemas são muito mais profundos. E os dirigentes estão também num processo de transformação. O esforço que fez o Bandeira de Mello no Flamengo, para criar, independentemente de lei, modelos de transformação da sua gestão, com transparência, com responsabilidade em relação às gestões futuras, é um exemplo disso.

Eu vou encerrar tratando dos pontos que foram colocados, totalmente tocados pelo diretor Rogério Caboclo. Nós estamos fazendo um novo modelo organizacional de RH, mudando toda a estrutura da CBF, para que haja um fluido rápido em



relação às demandas. Estamos investindo em cursos. Há um processo educacional muito forte de preparação de novos gestores, de treinadores. Cito o curso de gestão *master* em futebol, organizado pela CBF e pela FIFA, e o congresso de futebol para o qual eu já convido o Dr. Paulo Calçade, o Alex, o Eduardo Bandeira de Mello e todos os senhores presentes.

A ideia do Presidente Marco Polo é criar um *site*, uma rede social, para que todo brasileiro opine sobre as mudanças que o futebol brasileiro precisa realizar. São 150 milhões de brasileiros, no mínimo, que poderão opinar, Sr. Pedro Trengrouse, sobre as mudanças necessárias.

O Dr. Rogério Caboclo acaba de orientar a organização do Centro de Estudos Avançados do Futebol Brasileiro, com figuras como o Pedro, o Amir Somoggi, com figuras extraordinárias do Bom Senso FC, que têm uma enorme contribuição a dar para as mudanças profundas, de caráter científico.

Tivemos uma reunião esses dias com a UNIFESP, que tem um grande Centro de Estudos Avançados na área de Ciências do Esporte, para que nos ajude na área de nutrição, de psicologia, de fisiologia do esporte, do movimento, questões que estão mais avançadas lá na Europa. E a contribuição da academia, da universidade, pode nos ajudar bastante para agregar valor a essa capacidade, a essa vocação do jogador brasileiro, com a sua criatividade, sua elegância e sua competência. Mas o estudo científico pode nos ajudar sobremaneira a nos adaptarmos ainda mais.

Quero dizer aos senhores, só para encerrar, que a Seleção Brasileira vai bem. Só falam em 7 a 1 aqueles críticos do futebol. Nós já estamos em 8 a 0, com um desempenho extraordinário do Dunga e do Gilmar, mas eles insistem que é 7 a 1. Estamos nos preparando de maneira correta, conseqüente, séria, caminhando para a Copa América. É que isso faz parte de um modelo, e o modelo, quando é profundamente crítico, assemelha-se à política, porque a função da oposição é criticar. Mas, no futebol, não pode ser assim, não dá para ser assim, porque essa é uma apropriação coletiva. Se nós destruirmos um patrimônio como o futebol, isso não vai fazer bem ao Brasil.

Eu imagino a amargura do Juca quando 64 mil pessoas vão para o Maracanã, 63 mil pessoas vão para o Ceará, quando o torcedor começa a voltar para os estádios ou quando nós tomamos medidas adequadas, porque eu vivi esse



processo. Eu vivi o processo dramático de ser oposição e, às vezes, ter a amargura de o Governo fazer uma coisa direito. Como é que nós fazemos?

Eu me lembro do meu primeiro mandato aqui no Governo Lula, quando houve um projeto em relação à Previdência, e eu fui à tribuna falar a favor, porque nós precisávamos equacionar um problema dramático de falta de fundos que desequilibrava o orçamento. Eu era da Oposição, fiz um elogio ao Governo Lula. Eu estou aguardando, Sr. Paulo Calçade, algum elogio, alguma manifestação, algum agrado em relação a pelo menos alguma medida positiva que os dirigentes do futebol brasileiro estão fazendo.

Muito obrigado. Eu queria só depois solicitar que, do ponto de vista da medida provisória, tanto o Dr. Álvaro Melo quanto o Dr. Rogério Caboclo pudessem também se manifestar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Sr. Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO DELEY - Sr. Presidente, pela ordem, quantos convidados ainda vão falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Temos o Senador Sérgio Petecão e considerações rápidas do Sr. Rogério Caboclo e do Sr. Álvaro Melo Filho.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obviamente, está sendo de uma riqueza muito grande essa oportunidade, mas eu queria pedir, dentro do possível, até porque, daqui a pouco, nós vamos começar a Ordem do Dia e há vários Deputados que gostariam de participar, que a Presidência estabelecesse um tempo para os nossos convidados fazerem sua exposição, para que pudéssemos ser mais céleres.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Presidente, quero só comungar do pensamento do Deputado e dar uma sugestão. Eu vi que na relação há doze inscritos. Todo mundo aqui tem conhecimento da causa, todo mundo aqui tem experiência, sabe e quer perguntar. Se cada Deputado fizer dez perguntas, vão perguntar tudo aquilo que aquele Deputado que está inscrito como décimo quer perguntar. Então, eu acho que o dinamismo da exposição é importante, assim como as perguntas feitas por nós Deputados. Eu, inclusive, tenho duas perguntas para fazer para a CBF e vejo que não vou fazer.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Sr. Presidente, eu, infelizmente, tenho um compromisso inadiável. Se o Senador me permitir e se o senhor me



permitir, eu gostaria de falar só 2 minutinhos, porque, infelizmente, terei que me retirar.

(Não identificado) - Eu também terei que sair.

(Não identificado) - Eu também terei que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Todos os Deputados estão precisando sair, Deputado Andres Sanchez.

Vamos ouvir, então, o Senador. Vou pedir a consideração de todos os palestrantes.

O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO - Andres, fique aí. Eu vou rasgar elogios para você aqui.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Vou dar uma sugestão rapidamente. Como o Secretário Walter Feldman já usou o tempo da CBF, pelo menos uma boa parte, e legitimamente, sugiro que as explanações possam ficar para depois, talvez respondendo as perguntas que surgirão naturalmente. Caso contrário, eu acho que nós vamos, efetivamente, perder um bom número de Deputados. Eu mesmo estou com a reforma política agora já em andamento na nossa audiência pública. Eu gostaria muito de ter oportunidade de falar.

(Não identificado) - Eu tenho uma audiência agora com o Vice-Presidente da República.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, se o senhor estabelecer 2 minutos para cada Parlamentar, agora na sequência, ouvindo o Senador Petecão, que preside a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Se cumprissem os 2 minutos, eu acho que seria...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - O senhor pode controlar o tempo. Acho que o debate vai ficar mais dinâmico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Nós estamos perdendo tempo. Podemos já ouvir o Senador.

O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO - Já perdemos 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Com a palavra o Senador Sérgio Petecão, Presidente da Comissão Mista da MP 671.



O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO - Sr. Presidente João Derly, na pessoa de quem saúdo toda a Mesa, para ganhar tempo, primeiramente, quero agradecer o convite. Estou aqui com o nosso Relator, Deputado Otavio Leite, estava por aqui, está por aqui. Este debate é de fundamental importância para juntarmos informações, que, com certeza, vão nos ajudar muito para que possamos encontrar o melhor caminho desta medida provisória.

Já tivemos oportunidade de ouvir alguns dos senhores, quando foram convidados para participar da nossa Comissão da Medida Provisória 671. Eu, sinceramente, hoje estou feliz por estar presidindo essa comissão. Sou um apaixonado pelo futebol. Com certeza, lá no Senado, nós teremos outras pessoas, como o Romário, como o Zeze Perrella, o Deley, o Danrlei de Deus Hinterholz, que fizeram parte do nosso time de futebol aqui da Câmara, eu não sei se foi por conta do futebol que fui convidado... Mas a verdade é que estou aqui para dar a minha contribuição como um apaixonado pelo futebol também.

Queria parabenizar os Deputados que têm participado com frequência nesse debate, na pessoa do Deputado Andres Sanchez, que é a pessoa que está lá direto, conversando, discutindo. Eu tenho acompanhado o trabalho do Deputado Otávio Leite, até porque ele já tem uma experiência acumulada, como dizia o Pedro, de 2 anos, discutindo aqui o PROFORTE. E, com certeza, essas informações que os Parlamentares já tinham aqui na Câmara vão ser de fundamental importância para que nós possamos encaminhar o debate. De um lado, está o Governo estendendo a mão. Alguns criticam, alguns elogiam. Eu penso que, da nossa parte, nós temos que fazer algumas adequações. O objetivo é só um, é melhorar o futebol. Essas discussões, essas divergências... Ontem eu conversava com o Presidente do Sindicato dos Atletas de São Paulo...

(Não identificado) - Rinaldo Martorelli

O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO.- ...o Martorelli — O Deley estava presente —, e eu perguntei se ele conhecia o pessoal do Bom Senso. Ele disse que não sabia quem eram. Então, eu acho que essas divergências não ajudam. Eu acho que o pessoal do Bom Senso... E eu aqui queria parabenizá-los, a participação de vocês vai ser de fundamental importância. Agora, essas divergências da CBF com o Juca, isso é bom, mas nós temos que, guardadas as proporções, tirar proveito



dessas divergências, mas sempre entendendo que a nossa prioridade aqui é ajudar o futebol brasileiro. Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Então, pergunto aos nossos convidados se abririam mão da palavra para as repostas. Sim ou não? Eu me esqueci de avisar que nós vamos ouvir também o Ricardo Borges Martins, Diretor do Bom Senso.

O SR. WALTER FELDMAN - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente, se é que eu posso falar, mas eu não tratei de nada de medida provisória, porque a ementa do requerimento falava de modernização do futebol. Então, eu tratei das medidas que a CBF está adotando. Agora, o Rogério Caboclo e o Álvaro Melo vieram para falar da medida provisória. Então, não sei como ficaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Consulto os Deputados.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Pela ordem. É pela ordem que se fala, né? (*Risos.*) Eu peço desculpas, realmente. Eu sou um dos mais frequentadores, e jamais eu queria ser. Mas é que eu tenho uma coisa mesmo inadiável. Ou eu falo 2 minutos, ou vocês vão ficar sem ouvir este Zé Mané falar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ô Presidente...

(*Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.*)(*Risos.*)

O SR. DEPUTADO DELEY - Ô Andres, eu até já deixei você falar na minha frente. Aguarda mais um pouquinho.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - É rapidinho.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Mas a decisão, então, é que todos vão falar, porque eu acho que, assim como o Deputado Andres, todos nós queremos (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente...Presidente

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Sr. Presidente, o PSDB e o PT estão na parada, hein? Não vamos levar para o lado do PSDB e PT.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES -- Não, não, Andres, eu quero te ouvir também, mas eu quero falar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - José Rocha. Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, eu queria usar o horário da Liderança do Governo — eu sou Vice-Líder — para ter a prioridade de falar como Líder.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - É regimental.

(Não identificado) - É regimental...

O SR. DEPUTADO DELEY - É regimental, com certeza. Eu estou aqui desde às 9 horas, mas é regimental.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, João Derly, ilustre...

O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente, só 1 minuto. De quanto tempo, regimentalmente, tem direito o Deputado José Rocha? Regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Sr. Presidente, questão de ordem. Só uma pergunta. Eu só queria saber se tem mais algum Líder aqui, porque, se não tiver, eu vou manter a ordem como está, de inscrição. Senão, eu também faço uso, como Líder do PHS. Tem mais algum Líder, ou... Porque se a gente começar...

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Fiquei Líder do PT agora.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO -... todo Líder falar, aí eu não vou poder esperar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Então, não fala mais Líder. Vamos seguir a ordem natural. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, João Derly, quero cumprimentar nosso colega ilustre, Deputado e hoje Diretor da CBF, Walter Feldman, que, com certeza, grandes contribuições vai dar à nova gestão da CBF; o Presidente do Flamengo, que aqui representa os clubes brasileiros; o Alex; *(ininteligível)*, o jornalista Paulo Calçade; nosso ilustre Senador Sérgio Petecão; senhoras e senhores Parlamentares.



Primeiro, Presidente, eu quero aqui mencionar a falta de Presidentes dos clubes nesta Casa, no sentido de apresentarem suas propostas e o suporte para que a legislação aqui seja aperfeiçoada. Eu entendo, a representação do Presidente do Flamengo, mas há uma ausência aqui de outros dirigentes de grandes clubes brasileiros, e também dos menores clubes. Talvez, os menores, fosse até mais interessante estarem aqui sendo representados, para que nós pudéssemos aqui ouvir a todos. É uma pena que isso não venha a acontecer.

Segundo, o Presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira, aqui representando todos os clubes da Série A e, certamente... não sei se todos os clubes brasileiros, mas os da Série A, aqui faz um elogio à medida provisória; ele entende que só dois artigos foram objetos da sua consideração, o 5º e o 8º. Foi o que disse o Presidente do Flamengo, se eu entendi. Apenas o 5º e o 8º foram mencionados pelo Presidente do Flamengo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, mas nós temos aqui um trabalho que foi muito bem realizado pelo Relator, Otavio Leite, e, com certeza, essa medida provisória vai se transformar em um projeto de conversão, atendendo aos interesses do segmento do futebol brasileiro.

Eu acho que o trabalho do Deputado Otavio Leite não poderá ser desconsiderado em momento algum, e esse trabalho, com certeza, vai ser a base do projeto de conversão dessa medida provisória. Ponto um.

Ponto dois. Eu queria aqui, meu caro Paulo Calçade, dizer que o jornalista Juca Kfourri já foi convidado várias vezes para vir a esta Casa. Entendemos o motivo por que ele justifica a sua ausência, mas ele precisa vir a esta Casa para falar aqui das críticas que ele faz sempre nas suas matérias, e debater com os Deputados que têm interesse em debater com o Juca. Eu mesmo tenho interesse de debater com o Juca Kfourri aqui, nesta Comissão, aqui na Casa. Gostaria muito que ele viesse aqui para ter esse debate aqui, conosco, nesta Casa.

É de conhecimento de todos que eu fui Relator da alteração da Lei Pelé, onde nós temos um capítulo todo dedicado ao futebol profissional. É o capítulo, se eu não me engano, 5º, capítulo 5º, onde temos o art. 27, no seu inciso XI...Art. 27, § 11, que eu faço questão até de ler aqui. Nós tivemos aqui a participação de todos os



segmentos esportivos, do Professor Álvaro Melo, do Pedro Trengrouse, os representantes dos atletas aqui, do Sindicato dos Atletas, a imprensa, o Ministério Público, todos tiveram a oportunidade de participar.

O art. 27, no seu § 11, diz o seguinte:

“§ 11. Os administradores de entidades desportivas profissionais respondem solidária e ilimitadamente pelos atos ilícitos praticados, de gestão temerária ou contrários ao previsto no contrato social ou estatuto, nos termos (...)”

Isso foi uma alteração da Lei Pelé — que foi feita aqui, por todos esses aqui citados, que participaram — que dá a oportunidade para que o gestor da entidade de prática desportiva ou de administração do esporte possam responder por gestão temerária. Se isso não tem acontecido não é por omissão dessa Casa, mas talvez seja por falta de conhecimento ou falta de acionar aí as instâncias competentes.

E tem um capítulo todo ele dedicado, onde tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vou concluir. Tem aqui o art. 45, que diz, exatamente...

“As entidades de prática desportiva são obrigadas a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado à atividade desportiva, para os atletas profissionais, com o objetivo de cobrir riscos a que eles estão sujeitos”.

E há vários aspectos, como fornecer medicação ao atleta durante o período que ele necessitar.

Tudo isso foram ganhos, avanços que aconteceram aqui na, reforma da Lei Pelé, que nós conseguimos, com a participação de todos os segmentos, conquistar.

Portanto, eu vejo que, do ponto de vista da legislação, se tiverem a paciência de ler todas as alterações que foram aqui feitas verão que houve, realmente, um trabalho que veio ao encontro dos anseios de todos os que participam desse segmento.

Portanto, queria deixar aqui apenas essas considerações, e dizer do interesse desta Casa de modernizar o futebol, de avançar na legislação, e fazermos um



trabalho que seja, realmente, voltado para os interesses do futebol profissional brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Desculpem-me porque eu tenho que me ausentar. Eu tenho uma audiência lá com o Vice-Presidente da República, vou ter que me ausentar.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem para que nós possamos... Eu estava falando, aqui, com o Deputado Arnaldo Jordy, que foi um dos proponentes desta audiência, acho que é muito bom para um tema de início, deste novo momento, que ampliamos a discussão. Mas me parece que, nas nossas audiências, nós temos que convidar um ou dois convidados de entidade, ou de representação, para nós aprofundarmos o tema com essa instituição, ou com essa representação, sejam elas os representantes do Bom Senso, ou dos clubes. E aí você tem mais presença de clubes. A CBF em si tem um debate amplo, aprofundado; temos aqui, também, dois debatedores, com incumbência de debater a 671, que não estão tendo tempo. A parte dos jornalistas aqui representados, enfim...

Então é só questão de ordem, é uma sugestão, e até lembrando que também nós vamos ter a Subcomissão Especial do Futebol. Ela foi montada, e estão sendo trabalhadas as pautas.

Já vou encerrar. E aí eu libero a minha inscrição, inclusive, quero liberar a minha inscrição, certo? Fica prejudicado, porque são vários temas.

Mas só fazendo um comentário: nós temos quatro eixos fundamentais. Primeiro, a questão de financiamento, a questão financeira, de dívida, e o saneamento. Esse está contemplado na 671 — certo? —, que é objeto do debate.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, aí já está demais, não é, Presidente?

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - A organização... Eu já vou concluir, eu vou concluir. A organização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - Deputado, é que o senhor pediu uma questão de ordem (*Ininteligível.*)



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Então, tá. Eu encerro, eu encerro. Eu só dei a sugestão. Limito-me a isso, e não me inscrevo para as contribuições estruturais que eu daria em 30 segundos. Mas eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Derly) - É...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Não há problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - No requerimento houve esta discussão: que quando tivessem muitos convidados, esse problema ia acontecer. Os Deputados acabaram acrescentando outros nomes, e agora nós estamos enfrentando esse problema de tempo. Nós temos convidados, ainda, para falar, temos Deputados inscritos. Então, eu acho que... Não sei, eu agora tenho que passar para o Deputado Jordy, que ele faça (*risos*) essa escolha, se já passa para os Deputados ou se nossos convidados farão uso da palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Presidente, sugiro que siga a lista de inscrição, porque cada questão de ordem são mais 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Gente, vamos... Perdão, eu tive que me ausentar, como foi explicado inicialmente. Mas vamos... Eu acho o seguinte: nós debatemos isso. Nós debatemos esse assunto. Eu mesmo ponderei que a gente não estendesse muito, — se todos lembram — para muito convidados, por isso...

Nós já estamos aqui, a Mesa está extremamente representativa. Eu quero saudar e agradecer, renovadamente, a presença de todos os nossos convidados. O debate é rico, felizmente nós não temos Ordem do Dia, então, eu sugiro que a gente aproveite o tempo aqui, da melhor forma possível. Eu acho que... Nós temos ainda alguns convidados, para quem a gente vai passar a palavra, e, em seguida...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, ficou combinado. Acho que os convidados fariam depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Depois. Tá bom. Então não tem problema.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Aliás, eu não sei se os convidados concordam, mas a expectativa é essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Todas as entidades convidadas já falaram, todas. Temos mais dois convidados ou três, — o Bom Senso



e mais dois da CBF — mas a gente vai, a gente pode ir fazendo essa alternância com os Deputados, para que a gente possa — viu, Silvio? — logo otimizar a pergunta, até porque a resposta dessas outras pessoas podem já incluir algumas indagações, algumas preocupação.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Foi o que eu havia proposto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pronto. Então já está acolhido.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES -... que eles permanecessem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está acolhido

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES -...para responder às questões levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, O.k. Deley com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eu vou passar para o Zé Mané logo (*risos*). Eu estou curioso para ouvi-lo.

(Não identificado) - Quebra de decoro, hein, Deley?

O SR. DEPUTADO DELEY - Não, eu estou brincando. Desculpe aqui, porque, inclusive, vocês já cortaram essa minha fala (*ininteligível*)

(Não identificado) - Não, não vai cortar, não.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEY - É uma pessoa que eu conheci este ano.

(Não identificado) - Aproveita a chance.

O SR. DEPUTADO DELEY - Por quem eu tenho um carinho e uma admiração muito grande. O Andres, Deputado Andres, pediu para falar na minha frente, eu fico para depois.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - É que eu tenho um compromisso. Mas eu volto rapidamente. Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Andres.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Mas eu não tenho problema, não. Vai ser rapidinho.



Queria parabenizar o Paulo Calçade, o Alex, o Walter Feldman, o companheiro Eduardo. Os únicos sofredores aqui somos nós dois, fora os atletas, o resto vai vindo.

Eu vou ser muito franco e rápido. Eu entendo que a medida provisória que saiu do Governo não foi o que foi cumprido comigo, pelo menos comigo. Ela veio totalmente diferente, coisas impossíveis de serem feitas. Poucos aqui são tão críticos, em oposição à CBF, como eu. Mas é inadmissível o Governo se meter na parte que não é a parte dele. A do Congresso, — que estão aqui, há 2 anos, trabalhando — também entendo que tem muita dificuldade de passar.

Eu acho que se nós queremos ajudar os clubes de futebol, e o futebol como um todo, se começar pelo refinanciamento... porque o refinanciamento é o menor problema do futebol. O futebol é muito mais amplo, como o próprio Alex e o Feldman disseram. Não vai ser em 1 dia, 1 mês, 6 meses que nós vamos tentar arrumar o futebol brasileiro, com tantas coisas erradas que tem. Dirigente roubou, dirigente rouba, e tem dirigente decente. É reflexo da sociedade. Mas não se pode culpar só os dirigentes pelas mazelas que existem. Existe jogador que, para entrar em campo em uma final, pede 50 mil, 60 mil, 100 mil reais, senão começa uma dor na coxa e não entra em campo. Existe jogador que combina com outro jogador para o time de Belém do Pará, para o time do Acre, que não está na primeira divisão, porque eles não querem viajar 3 horas, 4 horas. Então, é muito mais complicado o futebol do que tudo que as pessoas imaginam.

Eu cansei de ouvir aqui Juca Kfourri e Marco Polo e tenho certeza que nenhum dos dois vai arrumar o futebol brasileiro. Ter esperança que o Marco Polo vai ser o transformador, eu não acredito, posso até queimar a língua, e o Juca também não. E aqui ficam falando de Juca e de Marco Polo. Se quisessem falar, o Marco Polo que tivesse vindo.

Eu entendo o Feldman, mas quem vai arrumar o futebol brasileiro são os atletas e os clubes, que têm que cobrar mais transparência, mais coisas. Esse negócio de mudar mandato, eu acho legal. Eu, no Corinthians, mudei, não há reeleição, e só volta depois de dois mandatos. Vai ver a droga que ficou o Corinthians nos últimos 3 anos, dobrou a dívida.



Então, tudo isso tem que ser pensado. Não é porque muda de dirigente, que muda a alternância de poder, que vai melhorar as coisas. O Corinthians põe lá o balanço, a Price faz a auditoria, mas quem paga sou eu. A PETROBRAS tinha lá a Price, o raio que os parta, não sei que empresa particular tem, é o ser humano, é o cidadão. Eu entendo o seu problema, mas existem problemas como o seu no Brasil todo, do lixeiro, do médico, do dentista, do advogado.

O futebol é muito rico. Quanto menos gente fora do futebol se meter no futebol, o futebol fica melhor. O problema é que existe muita gente se metendo, muita gente querendo emprego, muita gente querendo holofote — e falando nisso, Tadeu, seja bem-vindo ao futebol —, então, nós temos que fazer uma mudança radical no futebol.

Agora, o que eu entendo aqui era para estarmos discutindo o refinanciamento dos clubes. E falo novamente, refinanciamento dos clubes seria o refinanciamento que já foi dado para universidade particular, para bilionário, para todo mundo, pelo Governo. Sou do Governo, e mentiram para mim. Se mentiram para mim, mentiram para muita gente.

Então, seria o refinanciamento e descer de divisão, punição técnica. No futebol, se não houver punição técnica, vai apreender os meus bens, vai me prender? Eu fui o único dirigente indiciado criminalmente neste País em 100 anos de futebol. Então, as leis existem, só que infelizmente nem todos neste País cumprem a lei. Há pessoas que matam jornalista, matam uma mulher com sete tiros e não foi preso até hoje. Então, é muito difícil; agora, as leis existem.

Então, deve haver punição técnica. O que vier a mais, nós temos que ter um fórum, um debate de muito tempo para melhorar o seu problema, que, como o seu, é o de milhares de atletas. Ontem, falaram que 1.700 atletas saíram do País, mas, se ficassem 1.700 atletas no Brasil, nem haveria time de futebol. São 60 times de futebol, é um absurdo, alguma coisa não está batendo.

Eu sou o maior defensor de jogador, sou crítico do bom senso, mas entendo que é importante, eu acho que se perderam um pouco. O Alex realmente tem bom senso, mas há alguns que falam demais. O Alex, falo aqui publicamente que você tem, nós já tínhamos conversado sobre isso, mas temos que ter um pouco de cuidado. É muita gente que não é do futebol se metendo no futebol. E, para



melhorarmos o futebol, é muito mais amplo do que o refinanciamento, é muito mais amplo, é muito mais sério.

Agora, falo, o bandeira está aí, ou a CBF muda e as federações mudam, ou os clubes vão mudar tudo isso na marra, no sangue, e é ruim para todo mundo.

Obrigado! Volto em 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Andres Sanchez, Presidente eterno do Corinthians, segundo alguns.

O Presidente do Flamengo pede desculpas, tem um compromisso e, na terça-feira, vai estar aqui de volta, no debate. Muito obrigado pela sua presença e pelas suas considerações.

Pela lista, há nove inscritos.

Concedo a palavra ao Deputado Deley.

O SR. DEPUTADO DELEY - Obrigado, Presidente. Primeiramente quero parabenizar V.Exa. por esse encontro, quero cumprimentar aqui todos os nossos convidados na figura do Alex, por quem sempre tive uma admiração muito grande não só dentro, mas também fora do campo, e quero cumprimentar e pedir desculpas aos nossos convidados.

Sr. Presidente, eu queria, meu amigo Walter, grande companheiro do plenário, primeiro colocar que eu não sou da bancada da bala, da bancada da bola, não sou ventríloquo de nenhum jornalista ou ninguém da mídia, eu sou fruto daquilo que eu penso, daquilo que eu vivi durante 20 anos dentro do campo, daquilo que eu aprendo com muitas outras pessoas. Eu tenho o privilégio de ser amigo e de ter uma convivência, por exemplo, com o Dr. Pedro e tenho aprendido muito, fora aquilo que nós acumulamos.

E, claro, lembrei-me de Tancredo até pelos últimos acontecimentos aqui dentro desta Casa, Ministro Orlando, se eu não estiver errado, esta frase é de Tancredo: *“Briguem as ideias, não briguem os homens”*. É com esse espírito que nós estamos aqui enfrentando o nosso quarto mandato.

Ontem, tive a oportunidade de falar com o Presidente Sérgio Petecão e com o Relator Otavio Leite e, a cada dia mais, Deputado Arnaldo Jordy, eu fico convencido de que nós, nesse primeiro momento, devemos nos fixar, Rogério, em resolver a questão da dívida, Ministro Orlando, porque todas as vezes que temos as



audiências, nós começamos a ver que a questão do futebol é muito maior do que só a questão da dívida.

Nós temos uma série de problemas. Quando o meu querido companheiro Walter Feldman diz que o futebol não passa por problemas, passa por problemas gravíssimos. *“Não, eu digo que o 7x1 foi um acaso”*. Pelo menos foi isso que eu entendi, e não é verdade.

Antigamente, havia uma frase que dizia: *“Estamos mal fora do campo e bem dentro do campo”*. Até pela quantidade de material humano que nós tínhamos, que não temos mais, e não é só aqui no Brasil não, mas no mundo inteiro. Se formos ver o Campeonato Italiano e outros campeonatos, há uma crise dentro do futebol no mundo, mas, no Brasil, nós já vivemos essa crise há muito tempo. Esse 7x1 foi a explosão de todos os problemas que não enfrentamos ao longo dos anos.

Eu estava vendo o regulamento do Campeonato Carioca, Pedro, se eu estivesse jogando, Ministro, outro dia o Fred foi suspenso por dois jogos, eu, no mínimo, tomaria 6 anos, porque eu sempre fui crítico e por tantas coisas que vi acontecer, algumas que podíamos falar, outras que infelizmente se via que tinha cara de gato, orelha de gato, mas não se podia infelizmente dizer que era gato, até miava, como coisas que acontecem aqui dentro do Congresso, como coisas que acontecem dentro da nossa sociedade.

Quando o nosso querido Walter Feldman diz que o Dr. Marco Polo foi eleito democraticamente, eu concordo, mas eu digo que esse modelo, como disse o Dr. Pedro, é um modelo que foi construído no estado novo. Eu pergunto se é natural, se é normal já há alguns anos a Federação Carioca ser a única que lucra dentro de um campeonato nos maiores centros do País. Será que esse modelo realmente está atendendo aos clubes? Essa é uma das perguntas que eu faço. Será que esse modelo eleitoral — e hoje estamos falando de reforma política —, será que esse modelo que elege os presidentes da Federação e o presidente da CBF, será que, hoje, ele ainda é o mais conveniente?

Eu, por exemplo, já fui inclusive vítima desse modelo. Em 1986, o Toniquinho, que era Presidente da Federação do Acre, queria votar no Medrado, que escolheria o Zagallo e que já tinha dito que eu iria à Copa do Mundo, acabou mudando tudo, diuturnamente, mas eu não tenho problema nenhum com isso, não me sinto nada



frustrado por não ter participado de uma Copa do Mundo, me sinto um homem realizado com os meus três filhos, com os meus quatro mandatos, mas eu acho que nós temos que discutir sim.

Aquilo que o Andres Sanchez falou, e é uma visão que eu tenho, ou muda-se o modelo atual, ou nós vamos, sim, daqui a uns anos, Walter Feldman, ver o futebol acabar. Já há equipes tradicionais que fecharam as portas. O Guarani está praticamente com as portas fechadas, o América, do Rio, não podemos nem dizer que ainda existe, o Botafogo vivendo uma crise sem precedentes, o Fluminense caminhando para uma crise também sem precedentes, a Portuguesa está praticamente com as portas fechadas.

Então, não há nada de pessoal, eu quero que se entenda isso, mas que nós temos, sim, que rediscutir profundamente a estrutura do futebol brasileiro, do esporte brasileiro. Estou aqui com uma figura que teve oportunidades de estar à frente do Ministério, inclusive eu não sei se foi na sua gestão a questão daquele Plano Nacional de Esporte, que é um material riquíssimo e que não foi aproveitado em momento algum.

Para encerrar, Presidente, deixo a seguinte pergunta para todos da mesa: o que vocês acham da criação de uma liga nacional? E volto a reafirmar, eu entendo que nós temos que discutir somente a dívida nessa medida provisória que veio lá do Palácio, mas voltarmos e criarmos um fórum para que possamos debater o esporte e debater tantos outros problemas, porque o futebol brasileiro carece. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deley.

Nós vamos ouvir mais um companheiro, o Deputado Marcelo Aro, que está inscrito; depois, o Deputado Silvio Torres, e, depois, vamos mesclar com alguns dos nossos convidados aqui, para otimizarmos a nossa dinâmica de inscrições. E pedimos o máximo de brevidade. A Mesa não vai, claro, interromper a fala de ninguém, mas peço o máximo de brevidade, para que o maior número de companheiros possa também ter o mesmo direito de fazer as suas intervenções.

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Aro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Sr. Presidente, nobres colegas, boa tarde, quero cumprimentar a Mesa, que hoje nos presenteou com esse debate riquíssimo e todas as exposições que aqui nós tivemos, o Dr. Pedro, o Paulo



Calçade, Alex, que é ídolo em Minas Gerais, jogou no Cruzeiro e fez história no nosso Estado. Eu queria também que tivesse jogado no Atlético, mas jogou só no Cruzeiro, para a minha tristeza — mentira, não é para a minha tristeza, porque tenho também um carinho muito grande pelo Cruzeiro e pelo América e por todos os times de Minas Gerais —, Presidente Walter Feldman, Rogério, também aqui presente, e todos os demais.

O que eu queria tratar aqui hoje, Sr. Presidente, é que eu saio daqui muito satisfeito com esse debate que nós travamos. Como é importante podermos sentar à mesa e discutirmos o futuro do futebol brasileiro. Isso é muito saudável, isso é muito bom. Acho que uma coisa aqui que é consenso de todos os debatedores, de todos os Parlamentares é que o futebol precisa de mudanças.

Talvez nós divirjamos de que forma essas mudanças devam acontecer e onde essas mudanças devam acontecer, mas que elas precisam acontecer, precisam.

Eu tenho conversado aqui muito com o Otávio, fiquei ao lado dele durante a audiência, falando que eu concordo com quase tudo que está como *fair-play*, como obrigações para os clubes. A única coisa que eu divirjo aqui de alguns dos palestrantes é em relação a se isso tem que ser na medida provisória ou dentro do regulamento do campeonato. E eu acredito que isso deva ser dentro do regulamento, mas também não tenho dúvida que as mudanças são necessárias.

Quero dizer que durante esses dias também discutimos sobre quem tem legitimidade para discutir esse assunto, se fulano ou beltrano. Eu quero falar para os senhores que todos nós aqui temos legitimidade para discutir o assunto. Eu fui eleito pelo povo brasileiro, pelo povo do meu Estado de Minas Gerais e aqui estou legitimamente confiado por ele para discutir esse assunto e do mesmo jeito os demais Deputados e os senhores que aqui estão.

O bom senso acrescenta e muito para esse debate; temos, sim, que ouvir. Eu até tinha uma posição contrária antes de expandirmos demais esse debate, exatamente pelo que aconteceu hoje, do pouco tempo que nós temos da medida provisória, o meu medo era ouvir muita gente, e não conseguirmos finalizar o trabalho, mas hoje eu vejo que é fundamental, sim, escutar entidades e pessoas que têm essa representatividade, mas não podemos querer tirar ninguém desse debate.



Conversei ontem também com o Juca, ele falou algumas coisas de mim na imprensa, eu respeito a opinião dele, falei com ele que respeito, mas também acho que é importante respeitar a nossa, respeitar esse debate que queremos travar aqui na Casa. Todos nós temos muito a contribuir.

E alguns me perguntaram assim: *“Mas, Marcelo, você tem ligação com o futebol. Como você vai discutir essa medida provisória?”* Ora, todo mundo que aqui está tem ligação com o futebol, senão não estaríamos aqui. Diferente seria se aqui houvesse Deputados que não têm nenhuma ligação com o futebol. Alguns aqui já foram Ministros de Esporte, outros foram dirigentes de clubes, dirigentes de entidades, ex-atletas, isso é normal. É bom que seja assim. Então, ninguém perde a legitimidade por estar à frente de um clube ou de uma entidade.

Então, eu quero parabenizar mais uma vez os senhores por esse debate. Temos que tomar cuidado com isso que falei, Presidente, estou batendo nessa tecla, porque senão daqui a pouco vamos querer tirar também os presidentes e diretores de sindicatos, quando houver uma votação de tema dos trabalhadores. Vamos querer tirar os médicos, quando houver alguma coisa de interesse do CRM, e por aí vai. Nós temos que tomar muito cuidado com isso. Não podemos expandir o debate para isso. Vamos debater as ideias, vamos debater aqui os projetos que nós temos para o futebol brasileiro.

Acolho muito bem tudo que foi colocado aqui, todas as ideias. Uma preocupação que eu tenho, para finalizar, Presidente, é com os atletas que ficam sem jogar tanto tempo. Lá em Minas Gerais nós temos esse problema, nós somos mais de 200 ligas de futebol em Minas Gerais e todas as vezes que vamos ao interior é a mesma história: *“Marcelo, nós terminamos o Campeonato Mineiro e ficamos aí até o próximo ano sem jogar. O que nós podemos fazer para resolver esse problema?”* É uma colocação que o Paulo e o Alex trouxeram de maneira muito válida e que nós temos, sim, que discutir. E cabe, sim, a esta Comissão debatermos. Temos que fazer alguma coisa para solucionar.

Isso traz riqueza para o futebol brasileiro se nós dermos uma continuidade, como o Dr. Pedro falou, em cifras, em dinheiro, quanto isso traria para o Brasil, para a economia brasileira.



Então, parablenzo todos os envolvidos e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Aro.

Nós vamos ouvir o Deputado Silvio Torres; depois, o Deputado João Derly e, depois, o Deputado Rogério.

Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa também. Para não perder muito tempo, quero cumprimentá-los, agradecer a presença, fazer alguns comentários e talvez deixar alguma pergunta, mas eu começaria pela própria introdução do Pedro, que começou dizendo que o problema do futebol não são as dívidas, mas desde que estou aqui na Câmara dos Deputados, todas as vezes que nós discutimos futebol aqui, as discussões foram provocadas pelas dívidas.

Não houve nenhuma vez em que se formou uma Comissão, nenhuma vez em que houve um debate mais profundo que não fosse provocada pelas dívidas dos clubes. Não é a primeira e certamente não será a última vez que estaremos discutindo como tirar o futebol do buraco que se enfia por conta de dívidas.

Isso tem uma origem só: a governança. O futebol brasileiro sofre desse mal de origem, porque desde o início, ao contrário de muitos outros países, onde se desenvolveu já uma mentalidade diferente, uma mentalidade de uma sociedade empresária, com responsabilização, com novos métodos, que o Brasil insiste em um modelo amadorístico.

E o Presidente do Flamengo colocou rapidamente aqui uma das questões, que é a representatividade de quem, na cadeia, comanda o futebol brasileiro. E por que essa representatividade é distorcida? Porque ela começa na cadeia... *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Silvio, essa palavra colocada sem contexto aqui, neste momento, gera certa confusão, gera desconfortos. Então, por favor, precise...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Acho que não tem ninguém aqui... Não há perigo.



O que eu queria, então, enfatizar é que a fragilidade na qual se encontram os clubes, pelo próprio modelo de governança, cria um círculo vicioso, do qual certamente não vamos tão cedo sair.

Pedro, eu acho que as dívidas são muito importantes. Vejo que só há uma solução. Aliás, tenho me convencido disso desde o momento em que comecei a discutir essa questão no futebol e no esporte de modo geral. No futebol, se os clubes não se fortalecerem, se a base do futebol não se fortalecer, com a manutenção de uma boa estrutura e com tudo aquilo que já se falou aqui — governança, transparência —, nós não vamos, na cadeia, melhorar...

Eu acho que nós devemos dar mais uma oportunidade de refinanciamento. Eu acho que foi bem dito aqui pelo Andres Sanchez. As empresas estão tendo seguidamente oportunidade de refinar dívidas fiscais. As Santas Casas, enfim...

O SR. DELEY - Empresas automobilísticas...

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Todo mundo tem essa chance, e eu acho que o futebol também deve tê-la. O Deputado Otavio Leite vem desenvolvendo um ótimo trabalho como Relator. É importante que as contrapartidas sejam definitivas. Eu acho que não dá para ficarmos empurrando o problema com a barriga, discutindo o sexo dos anjos.

Eu fui Relator da CPI da CPF/Nike, em 2000, ou seja, há 15 anos, e a CPI demorou quase 2 anos para se instalar nesta Casa porque a Comissão de Constituição e Justiça discutia se seria ou não permitido que uma entidade considerada de direito privado pudesse ser objeto de CPI. Isso foi resolvido naquela época. E nós estamos discutindo a mesma coisa, como se o mais importante fosse discutir aqui se o Governo ou o Ministério Público pode intervir numa entidade esportiva. Para mim, eu acho que isso já deveria estar superado há muito tempo. Não se pode fazer disso a discussão mais importante que nós estamos tendo aqui. E parece que é nisso que querem se pegar aqueles que querem eternizar uma estrutura que é por si só fadada a ser cada vez mais uma estrutura que compromete o grande potencial do futebol brasileiro.

Eu quero dizer ao Deputado Walter Feldman, que ainda é Deputado, o seguinte. Eu acho que é o primeiro caso que eu conheço de alguém que vai da política para o futebol, porque a grande maioria vem do futebol para a política.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não, eu estou dizendo que é o primeiro caso, e nós vamos ver, então, no que isso vai resultar.

O SR. DEPUTADO DELEY - E o contrário é ruim? *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - Não estou fazendo juízo de valor. Mas, quando nos diz que tem toda esse elenco de mudanças que o Presidente recém empossado, Marco Polo Del Nero, coloca na sua gestão, pedindo um voto de confiança, eu acho que todos que assumem algum cargo, algum mandato, têm o direito de pedir, como V.Sa. pediu.

O que está faltando para convencer a todos nós que somos céticos com relação ao futebol brasileiro — e aí eu incluo o Juca Kfourri e o Paulo Calçade, que representam aqui o lado crítico da estrutura do futebol brasileiro — é enxergar uma ruptura clara com o que é o futebol até hoje, porque ainda estamos reféns dessa estrutura, que, na CBF, envergonhou o Brasil, além de ter atrasado o futebol no Brasil. O ex-Presidente da CBF saiu meio corrido, escondeu-se para não ser preso, talvez pelo seu envolvimento em esquemas de corrupção, que nós ainda não conseguimos ver extirpados de todo o meio do futebol brasileiro. Não estou generalizando, mas muitos casos nós vemos se repetindo.

Da minha parte, eu vou dar o voto de confiança que o nosso representante na CBF pede, mas espero que a ruptura efetivamente aconteça. Até que ela aconteça nós não podemos seguir nesse caminho.

Já vou terminar. Eu queria falar outras coisas, mas não poderia deixar de fazer uma menção ao Pedro, que representa aqui a palavra de um jogador de futebol. Ele fala de Brasília. Em Brasília, como ele disse, jogaram 26 jogos no trimestre. Os clubes acho que fazem 50 jogos, não sei se é isso... Fazem 60 no ano. Fizeram 26 no trimestre, vão ficar 4 meses parados sem salários. Essa é a realidade. E quando jogam o salário não deve passar de três ou quatro salários mínimos, e 90% do futebol brasileiro é assim. Enquanto isso acontece, foi reformado o estádio de Brasília para 70 mil pessoas e foram gastos 2 bilhões de reais. É esse o espelho da administração...

(Não identificado) - Orçado inicialmente em menos de 1 bilhão.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES - É, em menos de 1 bilhão.



Eu quero dizer que eu coloquei, Walter, uma emenda na medida provisória que replica um projeto de lei meu que está há muito tempo tramitando aqui, que coloca a seleção brasileira como patrimônio cultural. Por que isso? Porque a CBF vive do monopólio da exploração comercial da marca da seleção brasileira, que deu a ela quase 500 milhões de reais em 2014, deu 400 em 2013 e vai dar muito mais do que isso. Entretanto, exercendo esse monopólio, recusa-se a prestar contas dos contratos que assina, recusa-se a prestar contas daquilo que explora da seleção brasileira, cuja matéria-prima é jogador como o Pedro, que fica parado 4 meses por ano, gente que depende disso. Eu não me conformo com essa situação. Assim como você pede um voto de confiança, eu espero que a CBF não obstrua essa tentativa de transformar a seleção brasileira em patrimônio público e, dessa forma, abra os seus contratos ao Ministério Público, por exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Silvio.

Não tenha dúvida nenhuma de que, a meu juízo, pelo menos, a presença do Deputado Walter Feldmann na CBF nos atrai para esse voto de confiança, é claro, mas também é verdadeiro esse passivo, esse histórico deprimente que a CBF recentemente consagrou-se no imaginário e na opinião pública não só brasileira. Essa questão tem tanto a ver que parte da crise da Grécia tem a ver também com os desvios que foram feitos lá pelos megaeventos, como, no caso do Brasil, os Jogos Panamericanos e agora as Olimpíadas. A crise da Grécia tem a ver com as Olimpíadas.

O Deputado João Derly é o próximo. Depois, o Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, eu faço uma inversão. Eu passo a palavra para o Deputado Orlando Silva, que seria o último inscrito. Então eu passo a palavra...

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Presidente! Presidente, eu queria fazer uma sugestão. Quando alguém passar a palavra a outro, este toma o lugar de quem está passando a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Isso mesmo.

(Não identificado) - É regimental. Ex-Ministro também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acolhido.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - O Derly era o segundo também?

(Não identificado) - É regimental. Ex-Ministro...

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado, Presidente.

Eu vou ser bem direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Presidente, o Orlando Silva poderia falar pela Liderança do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ouvir logo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - ... mas eu estou passando a palavra e abrindo mão do meu momento de fala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos em frente.

Deputado Orlando Silva com a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Obrigado.

Primeiro queria agradecer ao meu companheiro de bancada João Derly, campeão mundial de judô, um grande atleta e uma grande referência, pela generosidade de fazer essa inversão. Segundo, quero cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy pela iniciativa de fazer esta sessão. Acho que é muito importante que a Comissão do Esporte, para além da Comissão Especial, também interfira, opine, influencie o resultado final do debate dessa medida provisória.

Eu considero, Presidente, cumprimentando todos os convidados que acolheram o pedido da Comissão, que a abordagem dessa medida provisória deve seguir uma certa filosofia popular que nos ensina que o ótimo é inimigo do bom. Debater o futebol brasileiro produz tanta polêmica quanto debater a reforma política.

Eu faço parte da Comissão de Reforma Política e acho impressionante porque cada Deputado que usa a palavra defende um sistema político. A resultante dessa dinâmica do debate da reforma política é que nenhuma reforma política é produzida.

No caso do futebol, eu considero que nós deveríamos examinar o foco da medida provisória, que, a meu juízo, tem dois assuntos que são centrais. O primeiro assunto central é o refinanciamento da dívida dos clubes. O modelo proposto é



suficiente? Não é suficiente? Que mecanismo pode ser adotado no texto final para que nós possamos efetivamente viabilizar o refinanciamento da dívida do futebol brasileiro de forma que permita, primeiro, que seja sustentável, e, segundo, que se cumpra, que os clubes brasileiros cumpram a determinação estabelecida, porque é fato que várias tentativas foram feitas e não houve a responsabilidade plena dos clubes em inúmeros momentos.

Eu sempre falo da cota patronal. A cota patronal, que é 5% da receita da bilheteria, não ser cumprida é um problema gravíssimo — gravíssimo. Para o problema do refinanciamento é importante ter regras sustentáveis, viáveis, e que os clubes tenham um compromisso com o refinanciamento. Considero, sobre o refinanciamento, que nós não podemos ter preconceito com o futebol. São vários os setores da economia brasileira que têm refinanciamento. Os bancos, o setor agrícola, as montadoras já tiveram. Enfim, ter financiamentos para os diversos setores não pode excluir o futebol, mas tem que haver responsabilidade por parte dos clubes para honrar aquilo que for estabelecido.

E o segundo ponto que eu considero que é foco da medida provisória diz respeito ao que se convencionou chamar de *fair-play* financeiro. Esse estrangeirismo não me agrada muito, mas o fato é que tem que mudar o sistema de gestão dos clubes. Esse que é o ponto. Tem que aperfeiçoar o sistema de gestão, modernizar. Os próprios clubes, creio eu, têm consciência disso. Não se pode gastar mais do que se arrecada. Isso aí na sua casa não pode, num clube de futebol não pode, no Governo não pode, em nenhum canto pode. Eu considero que aperfeiçoar a gestão dos clubes é o segundo ponto focal que devemos tratar nessa medida provisória, no resultado da medida provisória, de modo que nós tenhamos o quê? Tenhamos uma gestão mais moderna, mais adequada aos desafios de hoje e que tenha a dimensão do futebol brasileiro, que é um grande futebol, é uma referência mundial e seguirá sendo, eu tenho essa convicção.

Por isso, Sr. Presidente, nós não podemos... Eu falei no Senado e quero repetir aqui. Nós não podemos transigir o que é principal. Há temas que são... Eu, por exemplo, considero o seguinte: se o clube de futebol vai aderir, ele tem que se enquadrar à regra, se não vai aderir não tem que se enquadrar. Liga pode ser criada em qualquer momento, a lei no Brasil já permite isso hoje, desde a Lei Pelé se



permite criar. Eu considero que não pode ser feita manobra política, manipulação política. Sou da base, falei para o Chefe da Casa Civil: “É errado querer politizar esse assunto”. Quer fazer luta política com a CBF, que se faça luta política pública nos fóruns da CBF, no colégio eleitoral da CBF, mas não através da lei. Essa é a minha convicção. Para concluir, Sr. Presidente, isso pode ferir o principal, que é mexer na gestão para que ela seja adequada às necessidades do futebol e garantir o refinanciamento.

Para concluir, Presidente, quero fazer um registro em homenagem ao Alex, que está aqui presente na Mesa. Eu considero positiva a ideia de ter representação de atleta no sistema diretivo. Já falei isso na presença do Marco Polo Del Nero, num encontro que participei, e já falei para os nossos colegas. Não há problema nenhum. Termos atletas participando do sistema diretivo do futebol em nosso País não vai atrapalhar, vai ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Orlando Silva.

Deixem-me fazer um apelo aqui. Alguns de nossos convidados têm voo marcado para as 14 horas e 20 minutos e era absolutamente imprescindível que pudéssemos ouvir todos os nossos convidados e, depois, o conjunto de manifestações e preocupações que estão em curso na nossa Comissão.

Eu pediria brevidade, mas, claro, sem perder o conteúdo que cada um tem a dizer, até porque algumas coisas já foram ditas e estão sendo repetitivas, para que pudéssemos otimizar os rendimentos de nossa audiência pública.

Deputado Rogério Marinho com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Depois da indireta, vou usar só 10 minutos, Sr. Presidente Arnaldo Jordy. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não foi nada a V.Exa. e nem aos demais Parlamentares que falaram. É porque eu soube agora que alguns convidados têm problema com o horário da viagem.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós os levaremos ao aeroporto em tapete vermelho e no carro especial aqui do Ministro Orlando Silva. (Risos.)



Quero saudar a Mesa e, saudando a Mesa, na figura do Deputado Arnaldo Jordy e de nossos colegas, sintam-se todos contemplados. Primeiro, quero elogiar. Vou começar elogiando para depois bater, Sr. Presidente. Quero elogiar a heterogeneidade da Mesa, porque um debate não se faz com uma única posição. Então, é importante que haja o contraditório. E o que nós vimos aqui é que existem opiniões diferentes e até provocação, que é bem-vinda, senão seria uma situação morna, seria uma situação em que nós não teríamos nenhuma conclusão. É importante que tenhamos aqui todos os pontos de vista.

Eu escutei atentamente todos os debatedores com paciência e fiz algumas observações que são aqui mais ou menos dez laudas, mas, atendendo o Presidente, eu vou me deter apenas em duas. Vou começar pelo Pedro. O Pedro fala com uma visão econômica, correta, de que o futebol é um negócio, e um negócio privado. É importante ressaltar que estamos aqui tratando o futebol brasileiro como se fosse uma ilha, e não é. A Alemanha teve crise; a Itália teve crise, inclusive ética e moral; a Inglaterra também. A permissividade da legislação desses países permitiu inclusive anacronismo. Você encontra times de futebol centenários que foram comprados por chefes de gangues russas, por exemplo. Então, nós temos distorção no futebol mundial que não serve de exemplo para o Brasil.

Nós não podemos também ser uma jabuticaba, é verdade. Quando o Pedro fala do orçamento do Ministério do Esporte, eu quero lembrar que o orçamento brasileiro de 2,7 trilhões de reais é um número que enche a boca. Nós só temos 13% desse orçamento de verbas discricionárias; temos 1 trilhão e 200 bilhões de reais de dívida fundada; 252 bilhões de pagamento de serviço da dívida. Isso é mais do que o orçamento da educação e da saúde. O Orçamento do Ministério do Esporte, de 3,3 bilhões, tem alguma coisa como 700 milhões de reais de recursos discricionários e os outros 700 bilhões são oriundos de emendas parlamentares. Graças a Deus que temos aqui o orçamento impositivo e vamos imaginar que esse recurso seja liberado.

Quando se fala na possibilidade de se utilizar 1,5 milhão de reais ou 1 milhão de reais para federações, principalmente para aquelas que estão fora do eixo Rio-São Paulo ou Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, o Brasil maravilha, mais rico, mais homogêneo, mais identificado com a Europa, e vamos para o Brasil plural,



de Estados menos aquinhoados financeiramente, 1,5 milhão de reais para uma federação permite essa agenda ou essa condição de se ter jogos durante o ano inteiro. Podem ter certeza que sim. Eu estou falando de 14 ou 15 Estados da Federação que, com 30 milhões de reais, teriam um calendário de 365 dias, Alex.

Aliás, quero louvar aqui o Alex por ter trazido do Bom Senso não apenas jogadores que ganham 400 mil, 500 mil, 1 milhão de reais, mas por ter trazido também um jogador aqui que é a antítese ou o contraditório, ou o contraponto dessa realidade. Não é verdade? Porque essa é a realidade do futebol brasileiro e não apenas aqueles que estão hoje capitaneando o processo do Bom Senso.

Eu, quando observo a discussão... O nosso companheiro Silvio, que já saiu, fala que os elementos catalizadores da discussão são financeiros. É. Mas que bom que seja, porque aí permite que possamos rediscutir o futebol como um todo. E eu acho que não cabe aqui... Aliás, cabe, mas não deve ser a premissa principal se procurar culpados, temos que procurar soluções, a partir de nossas experiências, dos nossos problemas, das nossas dores, da nossa realidade.

Paulo Calçade, eu, que sou inclusive um expectador de programa de esporte, inclusive seu, tenho lido prestigiado com minha parca audiência em vários momentos, fico preocupado com a nota que li aqui do que Kfourri, repercutindo o Bom Senso, de patrulhar um membro do Congresso porque ele é Diretor da CBF. Realmente é um paradoxo, porque acho difícil encontrar alguém nesse recinto que não tenha ligação com futebol. Alguém aqui é dirigente, alguém aqui é ex-atleta, alguém aqui é ligado a uma federação de esporte. Todo o mundo aqui tem ligação, como em todos os segmentos. São *lobbys* legítimos que a hipocrisia do Brasil combate, quando deveria normatizar. Em qualquer país do mundo, o *lobby* é legítimo, se ele defende interesses corporativos sérios. O que temos que fazer, na verdade, é filtrar, é peneirar, é separar o joio do trigo e não fazer patrulhamento.

Quando se defende uma agência reguladora, eu tenho o maior medo do mundo, Calçade, porque, por mais bem intencionada que seja essa ideia... E eu sou um liberal. Estou fazendo aqui uma afirmação e você vai entender por que faço essa afirmação. As agências reguladoras, nos últimos 13 anos, perdoe-me o nosso Ministro, que faz parte da base do Governo, estão aparelhadas politicamente, fazem parte do toma lá, dá cá. Há uma briga fratricida entre Governos para indicar



membros da agência reguladora, por interesses quaisquer que sejam e não o interesse precípua daquela agência, que deveria ser um protetor da sociedade perante os interesses do capital. Então, eu tenho muito medo da intervenção estatal, muito medo. Eu me arrepio todinho, porque, no Brasil, precisamos, primeiro, mudar a educação do povo, a cultura do povo, aperfeiçoar os mecanismos de controle social. Claro que a transparência, o controle social e a boa gestão nos unem. Quem é contra isso? Mas quais os mecanismos para que isso seja alcançado? De que forma, sem que nós possamos ultrapassar o consenso comum, que é a nossa Constituição, a Lei Maior? Nós vivemos em função do que nos une, do que nos faz interagir como sociedade, que é a Constituição brasileira. Então, esse guarda-chuva tem que nortear nossas ações, e o bom senso, não necessariamente a instituição de V.Sa., mas o bom senso, como adjetivo, que tem que ser comum a todos que fazem parte deste problema.

Eu perguntei aqui em particular ao Bandeira, antes de ele sair, eu corri aqui para abordá-lo, e ele fez algumas afirmações que acho importantes, mas, ao mesmo tempo, eu disse: *“Você aderiu à medida provisória?”* *“Não.”* Nem ele e nem ninguém aderiu. Sabe por que, Alex? Porque a medida provisória não reflete o sentimento dos jogadores, dos dirigentes, dos clubes. Ela reflete, infelizmente, o impulso burocrático, intervencionista do Governo, que não compreendeu o que acontece no País, por mais bem-intencionado que ele seja.

Por isso, vai haver um substitutivo, até pelo acúmulo da discussão de 1 ano e meio que houve nesta Casa. Nós não vamos jogar fora a conversa que tivemos com os senhores, com os representantes dos clubes de futebol, com os representantes dos atletas, com essa dificuldade que entendemos que temos de enfrentar, uma situação que é real. Por exemplo, e aí peço a atenção dos senhores. Os atletas precisam de um regime especial de contratação — nem a CLT, nem o direito de imagem da Lei Pelé. Há um vácuo, há um limbo jurídico claro, que é contestado diariamente, é um contencioso nos tribunais.

O jogador de futebol tem vida curta, em termos de profissão. E isso tem que ser encarado dessa forma. É preciso um regime especial e temos que enfrentar isso na reestruturação da legislação que tange os atletas de futebol. Aí estou falando da



Lei Pelé, da Lei de Responsabilidade do Esporte, da modernização do esporte e nas oportunidades que estamos tendo aqui.

Calçade, quando você falou do exemplo da Europa, e aqui temos o pai dos burros, que é o Google, eu comecei a fazer uma pesquisa, enquanto estava escutando os senhores. O Brasil é o 79º país do mundo em IDH e o 61º em relação ao PIB *per capita*. Dos países que foram citados, a Alemanha tem um PIB de 45 mil dólares; o Brasil tem um de pouco mais de 9 mil; a França, de 43 mil; a Itália, de 35 mil; a Espanha, de 30 mil; a Inglaterra, de 40 mil dólares. Não é por acaso que os nossos talentos estão sendo capturados. É a lei do mercado. Aqui no Brasil, eu não tenho condição de pagar 10,8 milhões de euros por ano ao Neymar, nem tenho condição de pagar 12 milhões de euros ao Thiago Silva. Nenhum time aqui tem essa condição. Eu citei dois expoentes que recebem em torno de 1 milhão de euros por mês, o que representa um salário de 3,2 milhões de reais.

Existe um cientista chamado Gardner, que, em 1984, escreveu a respeito do assunto e tornou real o que todos nós sabíamos: a inteligência não é cartesiana, os talentos são múltiplos e há uma curva nessa inteligência, nessa superdotação, em qualquer sociedade. Então, temos 2% ou 4% de superdotados, inclusive no esporte. A habilidade que o Alex tem é única, é ímpar. Apenas 2% ou 3% dos atletas vão ter condições de serem atletas com altas habilidades. Essa habilidade dele vai fazer com que seja um cidadão internacional, se for prospectado, se for trabalhado, se for fomentado, se conseguir ter essa condição que ele tem.

Nós não podemos comparar a condição econômica desses países com a nossa, mas é verdade que precisamos mudar a legislação. Eu vou concluir, Deputado Arnaldo Jordy, apesar de só ter utilizado uma lauda e meia. Nós também temos que utilizar essa nossa preocupação para modificar a legislação em relação aos clubes formadores, para impedir que atletas na mais tenra idade sejam exportados sem que possam realizar aqui o seu potencial.

Há muitas formas de abordar o problema, mas o ponto principal é o seguinte: nós temos que mudar a legislação, a medida provisória, e temos que aproveitar a medida provisória para tratar, de forma transversal, de uma série de outros assuntos que tratam da modernização, da gestão, da transparência, do *fair play*. Temos que continuar aprofundando essa discussão em outras searas.



Agradeço aos senhores. Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Rogério Marinho.

Com a palavra o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

O SR. DEPUTADO DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Quero saudar o Deputado Arnaldo Jordy, o Walter, o Calçade, o Alex, que foi colega de profissão e vem fazendo esse trabalho à frente do Bom Senso, mas quero fazer uma saudação especial ao Ayub, que começou a carreira no Grêmio comigo, quando eu ainda era atleta. Hoje, eu o vejo nessa situação tão complicada, Deputados, mas a situação do Ayub não é a pior, não é a mais difícil, porque ainda há a possibilidade de ele, daqui a 4 meses, voltar a ter salário, ainda neste ano. Uma maioria quase absoluta desses ex-atletas não vai ter mais essa oportunidade neste ano. Tenho certeza de que o Alex concorda comigo.

Parabenizo vocês do Bom Senso, Alex, por trazerem esse outro lado do futebol, porque muitas vezes acham que a luta do Bom Senso é em favor de atletas da 1ª ou até mesmo da 2ª Divisão. No início, eu também tinha um pouco de receio e fiquei um pouco alheio à questão do Bom Senso por ainda não ter a visão geral do trabalho e das ideias do movimento, mas, depois de ter conversado e de ter tido a oportunidade de uma troca de ideias, quero parabenizá-los. Fico à disposição para ajudar, porque acredito, sim, que, já que estamos falando de modernização e de mudanças dentro do futebol brasileiro, todos têm que ser ouvidos e todos têm que ter voz. Refiro-me não só aos atletas em si, mas aos próprios árbitros, aos jornalistas esportivos com experiência de vida dentro do futebol, aos que tenham história no futebol brasileiro, seja para cima seja para baixo — pelo jeito, no nosso País, é para baixo, senão não estaríamos discutindo tantas coisas, de tanto interesse de todos.

Então, acho que todos têm que ser ouvidos, principalmente quem entra em campo, quem veste a camisa e põe a cara para bater toda quarta e domingo. Se ganha, você é o melhor; se perde, você é o pior jogador do mundo e te batem de todos os lados. Por isso, acho que esses têm que ser ouvidos, sim. Acho que isso é importante, Deputado.

Eu gostaria de voltar à questão do sindicato colocada pelo Senador Sérgio Petecão. Eu não consigo entender: se a pessoa do sindicato não reconhece o



movimento daqueles que ele deveria representar, daqueles que o sustentam, alguma coisa está errada. Desculpe-me, mas é impossível ele não conhecer o Bom Senso, é impossível ele não conhecer o movimento. Eu não sei qual foi a intenção dele quando disse isso ao nosso Senador, que é o Presidente. Eu gostaria que ele pudesse nos esclarecer isso aqui na Casa, porque não consegui entender.

Outra questão importante para mim foi dita pelo Presidente do Flamengo. Eu acho que nós aqui, com o nosso Relator Otavio Leite, devemos tratar dessa questão o mais urgente possível. Não pode haver 250 pessoas decidindo o que vai acontecer, por exemplo, em um campeonato como o do Rio de Janeiro, que é disputado por 16 clubes. Eu acho que tem que mudar a forma de se decidir quem vão ser os Presidentes das Federações. Eu acho que os clubes têm que ter mais força, sim, porque são eles que fazem com que esses campeonatos ainda existam — ainda existam. Eu não sou mais muito favorável a esses campeonatos, até pelas dificuldades que existem. Todos os clubes reclamam que é deficitário, que é ruim, mas é óbvio que nós sabemos que nem todos os Estados têm clubes na 1ª Divisão. Então, temos que pensar nisso.

Além do que vamos tratar na MP, da questão de dar aos clubes a oportunidade de voltarem a respirar — hoje, eles já não respiram mais sozinhos —, há a questão do calendário do futebol brasileiro. Se o calendário não mudar, vai ser complicado trabalhar. O calendário é o mais importante, principalmente para que atletas de futebol possam trabalhar pelo menos 10 meses por ano, para que possam ter certeza de que, em pelo menos 10 meses do ano, terão o que receber, independentemente do valor. Mais de 90% deles recebem só 2 ou 3 salários mínimos e conseguem sobreviver com esse valor. Tem que haver essa mudança para que eles possam ter oportunidade de trabalho durante o ano inteiro. É óbvio que não vamos conseguir fazer isso com os setecentos e tantos clubes deste País, mas seria importantíssimo nós chegarmos ao mais próximo possível desse número, para contemplar a maioria de clubes durante o ano inteiro. Então, junto com a renegociação das dívidas dos clubes, para que eles possam respirar, precisamos ter um calendário sério, que contemple a maioria dos clubes deste País.

Parabéns pela sua fala, Calçade! Se não temos a possibilidade de ter no nosso País o que hoje existe na Europa, que é o que gostaríamos, pelo menos



temos que tentar chegar ao mais próximo possível disso. Isso nós podemos tentar. Temos atletas, como o próprio Alex, com experiência na Europa, com conhecimento, que sabem o que dá certo e o que dá errado lá, e aqui podemos começar numa situação um pouco melhor do que a deles, não errando tanto. Quem viveu 10 anos jogando lá pode nos trazer, com certeza, ideias e experiências positivas e fazer com que aqui nós erremos o mínimo possível, para que o futebol brasileiro volte a ser o que nós sonhamos.

Quero parabenizar o Deputado por esta audiência importante, que permitiu explicações do Calçade, do Alex, do próprio Walter. Se o Presidente da CBF — Confederação Brasileira de Futebol, o novo Presidente, coloca uma pessoa como o Walter à frente dessas questões eu quero dar também esse voto de confiança. Acredito que vá ser diferente a partir de agora, mas precisamos de ações que mostrem isso, não só para nós, mas para os jornalistas, que hoje são os críticos — eles têm que fazer a parte deles, está certo —, mas eu dou o meu voto de confiança também à CBF de que as coisas possam ser diferentes daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Danrlei de Deus Hinterholz.

Acho que esse é o sentimento predominante entre nós, apesar do voto de confiança pela referência que tem o Deputado Feldman, esperando que as atitudes e a realidade possam nos convencer cada vez mais disso.

Eu passo a palavra ao Deputado Afonso Hamm, depois aos Deputados Otavio Leite e Hélio Leite, que são os últimos inscritos, para que depois possamos ouvir os nossos convidados nas suas considerações...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu fiz uma questão há meia hora e voltei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Vou concluir a questão de ordem, e daí desenvolver o raciocínio.

Primeiro, o nosso debate aqui, e as presenças, inclusive o tempo de debate... Houve um tempo no início, estou aqui no meu terceiro mandato como Deputado



Federal. Fui também jogador de futebol profissional, só que goleiro, que é uma posição ingrata, até porque eu defendi dois pênaltis no Beira Rio, ninguém lembra, ninguém sabe, ninguém viu. Agora o frango que eu tomei contra o Grêmio, esse todo mundo fala na minha cidade e por onde andamos. Então a posição é um pouco ingrata, mas a experiência...Eu comentava aqui, vendo o Alex, que é um novo momento o que vive o futebol brasileiro, com a necessidade de reestruturação.

Eu optei por esta Comissão de longa data, vejo que há um momento em que temos uma participação muito maior. Antes, nós tentávamos fazer o debate sobre o futebol, sobre as questões mais pragmáticas e não tínhamos eco, não tínhamos inclusive a presença, o interesse.

E, na minha opinião, nós temos quatro eixos fundamentais em relação à reestruturação do futebol, que é a construção de uma agenda positiva. Agenda positiva não se constrói num único ato, é uma sucessão de medidas, de providências e de atitudes, inclusive temos uma reunião às 14h30 da Subcomissão do Futebol. Dentro da Comissão do Esporte, foi priorizada esta Comissão, da qual sou Presidente, o Hélio está na Vice- Presidência, e temos aqui vários membros, já com quatro relatorias definidas.

Só para uma questão didática para desenvolver o raciocínio, é em relação aos quatro eixos estruturantes que são: a questão financeira e de gestão, que é a que está sendo tratada na medida provisória, só que ela tomou uma dimensão de intervenção. Ela está exagerada, e cabe a nós tomar as providências, ajustar o que é necessário e trazer um formato.

Primeiro, ninguém está dando concessões de dívidas em relação a batimentos grandes, está dando condições para pagar, prazos. Essa é a primeira desmitificação que tem que ser feita, que é fruto do debate dessas mais de 20 audiências públicas realizadas pelo PROFORTE — Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos —, programa no qual vimos trabalhando há muito tempo, e no qual eu fiquei numa subrelatoria tratando da área da formação.

Isso é importante porque temos o fórum para debater, temos a legislação, e queríamos que isso fosse antes da Copa do Mundo.



A Copa do Mundo deixa um legado, sob todos os aspectos, como essa formação de interesse e de debate, tanto aqui na Câmara como no Senado, onde há ex-atletas, dirigentes, pessoas com conhecimento na área do futebol.

Outro ponto é a questão da organização, que foge da questão legislativa, mas parte da questão organizacional é o calendário, que é fazer a projeção de tudo isso. Quem são os agentes que devem debater isso? Eu acho que essa é a novidade da agenda positiva que apresenta, com a CBF, como a entidade maior, as federações, os clubes e os atletas. E os jornalistas? Os jornalistas entram em todos os pontos porque o jornalismo é importante, do ponto de vista da construção, inclusive as contribuições que tivemos foram grandes.

O segundo item, o segundo esteio dessa pirâmide da reestruturação do futebol é essa organização de calendário, mas que trata mais com os agentes. Eu acho que é nesse fórum que ajudamos a aproximar, mas é nessas competências que outros agentes ligados à questão do futebol vão trabalhar.

O outro ponto no qual estamos trabalhando, e que consideramos importante, é o restante em termos de legislação, que não é a parte de dívidas. Tem muita coisa, já houve a Lei Pelé, a reestruturação da Lei Pelé, e tem mais um avanço, a relação empresarial, a formação, tem uma série de aspectos que legislativamente são pautas que precisam...é o terceiro eixo.

E o quarto é a base, a formação. Eu me dedico muito a esse tema, inclusive essa medida provisória excluiu os pontos de que nós falávamos. Eu tenho duas emendas apresentadas: uma para que dos recursos da loteria federal, das novas loterias, nós tenhamos 10% para criar — aí dinheiro novo para a formação — o que estamos chamando de Fundo de Iniciação do Futebol. Fiz essa proposta, que está na forma de emenda, para contribuir.

E na parte da reestruturação da gestão, o clube também tem que definir um percentual para investir na base. Não estou falando do futebol feminino, estou falando do futebol formação, os jovens, que é isso que está faltando, e nem todos têm estrutura, e é preciso dinheiro. Tem dinheiro novo desse fundo e de parte da reestruturação organizacional dos clubes, que é isso que vai nos dar os atletas que estão faltando. Poucos clubes têm formação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Afonso.



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Então eu quero concluir, com a compreensão de todos, só para tentar fazer um desenho em relação aos pontos que, no nosso entendimento, nós devemos trabalhar nesse eixo estrutural, e da construção de uma agenda positiva de construção, esse é o ponto. Vamos nos dar crédito, credibilidade, e sentarmos. Esse exercício nos vimos fazendo por ocasião da Copa do Mundo, na preparação, e veio o pós Copa do Mundo, que agora vem o desafio.

Eu acredito que com tamanhas contribuições, com tamanha expertise, gente com conhecimento que está querendo contribuir, é impossível, inaceitável que nós não possamos trazer avanços efetivos. E aí cabe a instituições, a entidades. Não vou ser repetitivo porque na verdade eu entendo que essa é a lógica que faz mover todo esse esforço em relação a essa participação especial da Comissão do Esporte e de todos aqueles que estão engajados.

Convido, para finalizar, o Alex, que recém parou de jogar, que aqui é um espaço bom para participar do ponto de vista de contribuições, do ponto de vista legislativo, de conhecimento. Nós temos vários jogadores e ex-jogadores presentes, que vêm enriquecendo esse debate. Então, na medida em que está vindo pela primeira vez aqui, não sei se faz parte do seu projeto, mas atletas que são um exemplo dentro e fora de campo, não só pelo seu sucesso de desempenho técnico, mas com intelectualidade, com capacidade, com vivência, e traz aqui também um jogador de clube pequeno. É esse nível de participação que enriquece efetivamente e qualifica aqui o debate para melhorarmos o futuro do futebol brasileiro.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Afonso. Com a palavra o Deputado Otavio Leite para suas considerações.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu queria cumprimentar todos os nossos convidados, todos os Deputados presentes. Este é um período em que tenho que me reservar mais a ouvir do que a falar, muito embora o debate seja sempre muito convidativo e eu não fuja dele. Aqui se disse que é um tema que chama a atenção dos brasileiros. Eu vou mais, por mais instruído ou menos informado que seja um cidadão brasileiro, Parlamentar ou não, independente de todos os temas



que se debatem nesta Casa, não há outro no qual qualquer um possa se manifestar, palpitar, sugerir, propor, como se fosse um Ph.D., é esse o futebol, não tem jeito.

Então a costura desse tema, a costura legislativa é muito complexa. Até por considerarmos — como disse o Deputado Feldman, usando Hegel — a infraestrutura e a superestrutura, eu queria também por esse viés lembrar que para cada tese há uma antítese e cabe a mim encontrar a síntese.

Então, é o desafio. E acho que há muita propriedade no que tem sido dito aqui. De fato o mais importante é se registrar primeiro a abertura ao diálogo, a abertura à manifestação livre e a compreensão de que é preciso fazer algo para que as coisas melhorem.

Isso depende de mexer em alguns pontos nevrálgicos, depende de criar uma saída para o atoleiro financeiro em que se encontra e depende também de se criarem as razões legais, os condicionamentos objetivos, as condições objetivas — e aí eu uso a linguagem marxista novamente — para que se alcance o resultado. Ou seja, para que no futuro não tenhamos que conviver com essa discussão novamente aqui.

A regra jurídica tem que ter a sabedoria de no seu conteúdo encontrar a solução que seja perene. E aí temos de mexer nessas estruturas de alguma maneira. A forma de se encontrar isso é o desafio.

Eu também quero deixar claro o seguinte. Seria uma postura juvenil, uma postura, eu diria, até leviana, se nós enveredássemos por um caminho de redação legal que fosse a antecipação da judicialização de um tema. Nós não podemos incorrer nesse erro. Do contrário, nós vamos melar a partida, como se fala nos botequins a respeito dos jogos de pelada no Rio de Janeiro. É isso mesmo. Nós temos que encontrar a saída.

Então, vamos lá. Temos feito já algumas reuniões no Senado, vamos prosseguir. Semana que vem haverá uma rodada muito importante com A e D, B e C, clubes, futebol feminino. Realidades as mais diversas, porque nós precisamos compreender mais ainda.

Acho que todos os Deputados estão legitimados a trazer clubes. Nós estamos convidando todos. Vai-se oferecer a palavra dentro de uma representação que se



institua, mas é fundamental ouvir as visões, circunstâncias e dificuldades distintas, porque nós vamos tratar situações desiguais.

Então, a lei vai ter que tratar às vezes até desigualmente os desiguais para que seja justa. Temos que compreender esses quinhentos e tantos clubes que precisam também do apoio.

Eu tenho os números. Os números são perversos em relação ao que se deve ao Poder Público e se deve porque não se recolheu Imposto de Renda, não se recolheu INSS. Isso afeta o cálculo atuarial brasileiro. Isso afeta o FGTS, que é do trabalhador, e por aí vai.

O Estado brasileiro, que é credor disso tudo, tem o dever de, ao tempo em que oferece um parcelamento, também impor condições para que isso não aconteça. É uma questão de responsabilidade.

Em linhas gerais, eu não quero ser redundante, há um propósito convergente. Eu acho que o processo vem sendo amadurecido.

Se há um ponto que essa MP trouxe como um dado que tem que ser registrado é o seguinte. O Deputado Afonso Hamm é um dos que se empenhou demais para que nós conseguíssemos ter votado antes da Copa. Depois da Copa o arcabouço já estava mais ou menos pronto. Depois de muito esforço veio uma medida provisória.

A medida provisória contém a manifestação da Fazenda, que permite que se faça um parcelamento de 240 meses. Essa foi a maior vitória da MP, porque furar o bloqueio da Fazenda é difícilíssimo. São barreiras quase intransponíveis. São freios de deixar qualquer ABS no chinelo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nos tempos de hoje ainda quase uma missão impossível. V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Neste momento é uma missão impossível. Isso é um dado político relevante. Nossa! Nos tempos de hoje, então! O Presidente Jordy fala com propriedade. Não tem jeito. E a Fazenda chega. Por mais que existam Deputados da Base interessados em aprovar uma medida tributária interessante, justa, necessária, urgente vem a Fazenda e diz: "*Não pode*". É quase uma mão invisível ali, mas nós sabemos que ela existe.



O fato é o seguinte. Nós precisamos tocar para frente isso. É preciso que a CBF e os clubes se sentem à mesa com bom senso.

Os clubes chegaram a um entendimento no ano passado muito avançado, com bom senso, especificando temas ali. Nós temos que chamar ali e acolá e ter a espinha dorsal da qual nós não podemos fugir.

Eu não tenho preconceitos, não. Eu acho que há muitas emendas interessantes ali que podem ser incorporadas.

Particularmente, essa oportunidade de se criar uma nova fonte de recursos para o País e para os clubes através de uma nova raspadinha em que se vincule uma parte essencialmente para formação na escola, por que não também para o futebol feminino? Quem sabe seja uma saída para o futebol feminino?

O futebol feminino. Sabe-se que os grandes clubes não querem, muita gente não quer, mas alguns lugares do País rola o futebol feminino. Já ia falar "*rola uma pelada de futebol feminino*" e eu poderia ser mal interpretado.

Há muita coisa para ser feita. Eu tenho que tomar certo cuidado com as coisas que eu falo, porque, num determinado instante, eu terei de apresentar um texto. É uma responsabilidade muito grande. Eu quero fazê-lo dentro do que seja mais viável.

O ótimo é inimigo do bom. É isso o que todo mundo fala, mas eu quero empurrar ao máximo para o ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Lutar para isso.

Vocês todos me conhecem, estamos abertos. Eu estou estudando muito. Há questões constitucionais que precisam ser muito avaliadas também. Nós temos que driblar com categoria a judicialização desse processo, porque isso seria terrível. O pior dos mundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Correto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Então, fico por aí agradecendo muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Otavio, com várias citações do marxismo. Camarada Otavio Leite, poderia dizer depois dessa.



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu, como social democrata. É a síntese... Na visão reformista...

(Não identificado) - Gramisciana...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas às vezes dá vontade de ser revolucionário mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado. Acho que foram muito sábias as suas palavras, no sentido de que nós precisamos encontrar uma mediação. Se gerar a interdição do diálogo, basta a Fazenda mudar de ideia e isso tudo vai por água abaixo. Isso seria o pior dos mundos.

Deputado Hélio Leite, para fazer suas considerações. O último inscrito para nós voltarmos à Mesa para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Eu quero primeiro parabenizar o Deputado Arnaldo Jordy pelo momento importante. A todos os convidados quero dizer que é uma honra muito grande poder estar aqui. Quero registrar a presença de Vereadores do Estado do Pará da cidade de Castanhal aqui presentes que vieram também a esta Casa conhecer e trocar experiência.

Quero dizer algumas coisas. Eu sou paraense e vim para cá, como o Jordy, representando o Pará.

Fiquei triste quando eu vi o Sanches falar que alguns jogadores até ficam conversando para boicotar — eu entendi assim, perdoe a minha colocação — os clubes de participarem dos campeonatos ou ir ao Norte, ao Pará, ao Macapá, ao Acre. Isso me deixou muito triste porque eu fiquei preocupado. Evidentemente, isso é um investimento, a formação. Nós precisamos também como brasileiros ter essa participação. Eu fiquei preocupado com isso e vou depois ver como eu posso organizar e passo para você, Alex e outros atletas aqui e ao Pedro para que possam estudar essa questão para que esclareçamos muito melhor esse fato que me deixou triste.

Quero dizer à CBF que eu estou aqui também como Parlamentar. Já fiz parte de jogo de futebol, equipe de futebol também, e conheço os esportes como todos aqui presentes. Eu estou na qualidade de segundo Vice-Presidente da Comissão, faço parte também da Subcomissão de Futebol.



Eu estou aqui também dar o meu voto de confiança a essa nova Diretoria que assume a CBF. Espero que vocês possam — com a vivência que tem V.Exa. como ex-Parlamentar — levar essa vivência à CBF, fazer um tempero melhor para que nós possamos aprimorar, cada vez mais, as ações do futebol da CBF no Brasil.

Não vamos falar de 7x1 porque é passado. Nós temos que construir algo novo. Para construir é preciso que todos nós possamos comungar do pensamento de que não há adversário, nem atleta, nem dirigente de clube, nem imprensa, nem torcedor. Nós somos um conjunto que temos que nos pautar pelo crescimento do futebol no Brasil e, automaticamente, pelo respeito àqueles que fazem o futebol.

Quero só propor algumas questões. Uma simples sugestão. Primeiro rever o calendário deste Brasil haja vista que eu comungo com a mesma opinião do Pedro e do Alex também.

No meu Estado há clube que participa do Campeonato Paraense. Quando termina, aquele que pode ir para a Copa Verde ou a outro campeonato da CBF continua jogando. Senão todos os atletas estão desempregados depois de três ou quatro meses e passam 8 meses esperando para ter outra oportunidade de demonstrar seu futebol, e, automaticamente, também, sobreviver da função de jogador de futebol. Eu acho que é preciso fazer um estudo desse calendário. Eu quero sugerir para que quando houver um campeonato brasileiro, ou até outros campeonatos, que possa haver uma competição paralela, que esses clubes que ficam de fora da tabela do campeonato possam participar fazendo preliminar, porque, com isso, trazem a torcida para o campo, para o estádio, e reforçam cada vez mais a questão daqueles profissionais que muitas vezes têm talento, não é igual ao do Alex, que é difícil, mas que ficam fora do futebol, porque não têm oportunidade.

Segundo, quero fazer uma sugestão à CBF para que nós possamos estudar esse calendário e começar os jogos mais cedo, haja vista que a segurança fica hoje abalada quando começa mais tarde. Além disso, o trabalhador que sai do seu trabalho, se puder ir direto para o estádio, ele vai direto, e volta para a sua casa, para poder render no outro dia no trabalho, e, automaticamente, aquelas brigas que acontecem fora do estádio vão ser diminuídas. Por quê? Porque há pouco tempo para o torcedor ficar bebendo num bar fora do estádio ou automaticamente em outra



função. Então, eu quero deixar como sugestão, também, para V.Exa., Ex-Deputado e atual Deputado, poder analisar.

E quero dizer também que eu comungo do princípio que a CBF tem a obrigação de monitorar e de administrar o futebol profissional, mas também é importante que ela possa ver as escolinhas, a formação de escolinhas de futebol, e como é que se consegue fazer investimento, que é buscando dinheiro de novos segmentos que podem surgir. Mas eu acho que é fundamental que a CBF possa ter em cada Estado esse acompanhamento, que ela possa buscar esse incentivo, e que ela possa, Jordy, até ter um centro de formação profissional, para que ela possa usar, até ocupar o espaço dos jogadores. Se estão indo embora jogadores novos para o exterior é porque nós não fizemos um projeto para acompanhar a evolução desses jogadores e poder utilizá-los aqui no futebol brasileiro.

Então, portanto, eu não quero me alongar. Quero agradecer o momento, a participação de vocês, pedir desculpas se há alguns palestrantes que ainda não falaram. Mas quero deixar, Presidente Jordy, como sugestão, uma questão que eu acho fundamental: vou propor, Jordy, aqui nesta Comissão, que nós possamos fazer um fórum, uma segunda ou sexta, que não seja terça, quarta e quinta, em que todos nós temos obrigações variadas aqui, para que nós possamos ter mais tempo de discutir a questão do futebol, haja visto que todos nós aqui temos um conhecimento, temos uma vontade de expressar alguma coisa. Queremos ouvir, e esta Casa tem obrigação de ouvir, de fazer um grande fórum, Jordy, para que nós possamos tirar aquilo que é fundamental, discutir desde a PEC até a questão da formatação da CBF.

Eu acho que esta Casa, com o conhecimento que tem, tem condições de contribuir muito para o crescimento, cada vez mais, do futebol e do esporte no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Hélio Leite, e eu queria rapidamente passar a palavra aos nossos convidados, inicialmente ao nosso Deputado e querido amigo Walter Feldman, para fazer as suas considerações. Depois, eu vou passar a palavra ao Ricardo Martins, do Bom Senso, para fazer as suas considerações, e, depois, para os nossos demais convidados aqui para o encerramento.



Pois não, Deputado Walter.

O SR. WALTER FELDMAN - Eu agradeço ao Deputado Arnaldo Jordy. Eu queria cumprimentar todas as intervenções, sem exceção. Todas deram a sua contribuição, a sua visão, umas com um caráter mais crítico, outras mais de elaboração de propostas, de ideias. Todas elas contribuem muito para o modelo que o Presidente Marco Polo pretende implementar na sua gestão, de muita oitiva, muita audiência, muita abertura, portas escancaradas, para que possamos entender as mudanças possíveis de serem realizadas.

Um dado mais interessante, Ricardo, é o seguinte: um companheiro do Bom Senso foi à CBF, e, depois, falou assim *“Poxa, eu não imaginava que seria possível ir lá, ser bem atendido, conversar com as pessoas”*. Essa é uma imagem que nós precisamos mudar; não faz bem, nem à CBF, não corresponde à realidade e não nos ajuda a criar as pontes de integração com todas as contribuições que foram reveladas nesta audiência. Mas, como diz o filósofo marxista Otávio Leite, é uma síntese necessária. Muita gente tem muitas contribuições a dar, e quem convive com o Marco Polo no dia a dia diz: *“Olha, eu quero ouvir, eu quero ouvir”*, ouviu, Deputado Hélio Leite. Ou seja, naquilo que for possível...

O Marco Polo já se manifestou em relação ao horário, ele também tem uma enorme preocupação em relação a isso. Publicamente, deve ir a própria TV Globo, porque é um horário complicado, pois prejudica a presença dos senhores torcedores e tem que ser analisado. Não é, muitas vezes, uma decisão fácil, porque envolve até questões internacionais, financeiras, de patrocinadores... Muitas vezes, o desejo não corresponde à realidade de mudança efetiva.

Em relação à formação de base social. Para dizer a verdade, uma parte ponderável do convite que eu tive para ir à CBF era para pensar num programa social para o futebol brasileiro. Eu dediquei 40 anos da minha vida a pensar o social; trabalhar na periferia de São Paulo, compreender a tarefa institucional que o futebol profissional e também a contribuição pública pode ter para nós desenvolvermos ainda mais a cultura, a performance, o desenvolvimento educacional das nossas crianças e dos nosso jovens. Nós vamos ter que pensar muito nisso. Fala-se muito pouco nisso. Falo das escolinhas de futebol, mas também de atividades de futebol vinculadas à escola.



Hoje em dia, sabe-se que existem neurotransmissores que só são liberados à medida que a atividade física da criança acontece, e cada vez menos isso é desenvolvido nas escolas. Nós estamos perdendo esse patrimônio fisiológico e que dão um alento à capacidade cognitiva de recepção, de informação, dessa criança. Nós estamos utilizando pouco o potencial que o futebol poderia ter.

Há uma preocupação, queria dizer ao Pedro, muito grande em relação ao calendário. Muito grande. É tão forte isso que, na primeira semana, o Presidente Marco Polo constituiu um grupo de trabalho entre clubes e entidades representativas dos trabalhadores, para... O primeiro item é o calendário. Como nós podemos mexer nisso?

Sabendo da questão no encerramento dos campeonatos regionais, Caboclo, Marco Polo e eu conversamos sobre isso. Como fazer? Como ativar uma nova atividade regional nos Estados? Mas não é uma questão simples, porque hoje grande parte do futebol é financiado pela CBF. Os patrocinadores se interessariam? Não é fácil. Nós vamos ter que pensar em um novo modelo. Vou dar um exemplo. A crítica esportiva, uma parte daqueles críticos contumazes, criticou o convite ao João Dória Júnior para ser o chefe da delegação na Copa América.

O João Dória hoje tem uma liderança muito forte no setor empresarial brasileiro, reúne 55% do PIP nacional e pode ser uma porta de entrada importantíssima para nós dialogarmos com patrocinadores que, eventualmente, poderiam vir a participar mais das nossas atividades. Bom, só crítica, só crítica. Poucos compreenderam que é uma sinalização de que nós queremos conversar mais com segmentos da sociedade que não são os administradores, os boleiros, os jogadores. Tem muita gente que pode participar. O próximo chefe da delegação pode ser um artista, pode ser um cientista, pode ser qualquer pessoa que queira também dar sua contribuição. Por que isso é uma reserva de mercado apenas dos que militam direta e permanentemente no futebol? Por que nós temos essa visão, eu diria, de certa forma, fechada, quando o futebol internacional, que é tão citado já faz isso, às largas, de maneira exuberante.

Então, para encerrar, eu queria dizer que queríamos convidar todos os senhores a participarem do congresso, que será uma atividade amplamente aberta a todos que queiram dar as suas contribuições.



Queria, oficialmente, já falei ao Deputado Afonso Hamm, o Congresso Nacional pode nos ajudar a montar as Mesas de debates sobre isso. Que seja um congresso que mobilize o Brasil, para que as mudanças possam efetivamente ser realizadas a partir do consenso do pensamento dos que militam e dos que não militam no futebol brasileiro. E a nossa visão... Quando nós fomos convidados, Deputado Arnaldo, para vir aqui, alguns jornalistas perguntaram: “*Mas vocês vão? Não é uma prática costumeira...*” Não. Nós vamos todas as vezes que nos convidarem. Nós vamos responder àquilo que considerarmos inadequados de manifestações da imprensa, seja de desinformação, seja do ponto de vista do debate do conteúdo das matérias. A orientação do Presidente é no sentido de adotarmos uma relação, uma parceria, um compartilhamento de ideias e de visões que possam efetivamente fazer do futebol nacional algo muito maior do que é hoje, sempre com a preocupação daqueles que militam, necessitam, sobrevivem e nos ajudam a produzir algo que é uma intransferível paixão nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muitíssimo obrigado, meu amigo, companheiro Walter Feldman, pelas suas considerações. Não tenha dúvidas de que esta Casa e, com certeza, esta Comissão estarão abertas para todo e qualquer tipo de diálogo e de construção em comum com a Confederação Brasileira de Futebol. Principalmente, principalmente, eu diria, pela credibilidade que V.Sa. tem no conceito desta Casa, desta Comissão e do Congresso Nacional.

Eu queria passar a palavra ao Sr. Ricardo Borges Martins, Diretor do Bom Senso, para fazer as suas considerações.

O SR. RICARDO BORGES MARTINS - Saúdo a Mesa.

Muito obrigado, pela oportunidade de falar a vocês. Eu não preparei nenhum tipo discurso, então vou falar um pouco com base naquilo que foi apresentado.

Walter, quando as pessoas criticam a ida de João Dória à CBF, como chefe de delegação, fazem-no muito em função de não saber o que faz um chefe de delegação e qual a competência que João Dória tem para ocupar tal cargo. Não é um problema de a CBF procurar mais fontes de recursos e de estabelecer um canal de diálogo com o lide que tem lá 55% do PIB.

(Não identificado) - (*Intervenção fora do microfone. Ininteligível.*)



O SR. RICARDO BORGES MARTINS - Sim, sem dúvida. De fato, temos ótimo diálogo com ele também, estou só fazendo o “advogado do diabo” aqui. A crítica é em função desse cargo que me parece incompreendido por boa parte da imprensa, e não existe o entendimento de que João Dória possa contribuir com esse cargo especificamente.

Queria também trazer à tona que o Bom Senso, de maneira geral, principalmente no seu início, não imaginava chegar aqui a Brasília. As duas principais bandeiras do movimento que são o calendário e o *fair play* financeiro dependiam e continuam dependendo exclusivamente da CBF.

Os atletas se reuniram com a CBF, em setembro de 2013, trouxeram suas queixas com relação ao calendário, tanto para a elite quanto para os clubes do interior, e também apresentaram uma proposta de *fair play* financeiro, que não é algo inventado, não é uma jabuticaba brasileira, mas é um modelo que já foi implementado, e está sendo implementado, com sucesso na Europa, que simplesmente, para não entrar em termos mais técnicos, impedem, com punições técnicas, que os clubes gastem mais do que arrecadam. Dado tal diagnóstico — diagnóstico dos clubes brasileiros de hoje —, nós sabemos que isso é mais do que necessário.

Normalmente as críticas que são feitas a MPs são muito mais com relação à forma da MP do que em relação ao seu conteúdo. Considerando as palavras do Deputado Silvio Torres sobre a questão da dívida dos clubes é sempre um catalizador do debate sobre o estado do futebol brasileiro, devo dizer que se não fosse essa dívida, nós não poderíamos falar do refinanciamento e não poderíamos falar de contrapartidas justamente porque se tem essa ideia de que o Estado não pode intervir no futebol e que o Estado não pode sequer legislar a respeito disso. No entanto, muitos Deputados aqui sugerem que criemos mais e mais fóruns para tratar sobre o esporte.

Existe uma falsa ideia a respeito do papel do Estado no desenvolvimento do esporte. O Estado pode, e não só pode como de fato faz. Não fosse o Estado, muitos dos esportes brasileiros, principalmente os esportes olímpicos quase não existiriam. Eles são patrocinados por empresas públicas, por bancos públicos e dificilmente, a iniciativa privada teria interesse. Agora, a CBF é um caso diferente,



porque ela trata de futebol, e futebol tem muito apelo comercial. Existe outro erro de conceito, quando falamos de futebol, que é quando dizemos que a CBF financia o futebol brasileiro. É o futebol brasileiro que financia a CBF. De fato, a seleção é a nossa joia mais bem tratada, que consegue atrair patrocínios e fazer com que a CBF tenha um faturamento tão alto e tão consistente ao longo dos últimos 10 anos. Mas é o futebol brasileiro que traz isso. Não é a CBF que financia isso. É preciso deixar isso claro.

Para ser mais preciso com relação aos pontos da MP, defendemos ali mudanças no regulamento, e sabemos que o Estado não tem o direito de intervir diretamente nesse regulamento. Só podemos fazer isso através das dívidas dos clubes, quer dizer, o clube que aderir à MP só pode disputar campeonatos organizados por entidades que tenham em seu regulamento tais e tais critérios. A CBF, nesses ventos de modernização, que o Walter citou, poderia incluir no regulamento da competição. É claro que não estamos pedindo para colocarem todos os pontos necessariamente. Estamos dizendo que deveria haver espaço para a discussão do regulamento e da inclusão das normas de *fair play* lá, sejam elas quais forem, porque as normas de *fair play* trabalhistas que a CBF trouxe da Federação Paulista de Futebol, claramente, não funcionaram na Federação Paulista. Foi anunciado, às pressas, no final do ano passado, uma emenda do Deputado Jovair Arantes que refinanciava a dívida dos clubes, uma MP cujo número não me lembro, e que falava só do refinanciamento sem contrapartidas. A ideia que foi passada a todos, e a mim, confesso, é a de que a CBF queria mostrar que ela estava cuidando do caso. Ela poderia cuidar do caso colocando o sistema de *fair play* financeiro que ela conhece muito bem. Essa é a ideia que defendemos.

Outro ponto que, para mim, é o mais importante de todos, mas essa é uma opinião muito pessoal, não é uma opinião apenas de bom senso, é a democratização das entidades. O que estamos chamando de democratização é o fornecimento de água e luz encanada. Estamos falando de limite de mandato e de limite de recondução. É uma coisa muito básica e urgente, sobretudo, se analisarmos o cenário atual. Há presidentes de federação que estão no cargo há mais de 20, 30 anos. A alternância de poder não é algo novo, isso estava em Aristóteles, já que estamos tão filosóficos. Eu não consigo, sinceramente, acreditar



que hoje, aqui, na Casa do Povo, alguém levante um argumento contra a democratização das entidades.

E mais, há outro ponto mais importante ainda, que é a participação dos atletas. Por que não deixar o atleta votar? O colégio eleitoral das federações tem suas distorções, que são, de fato, aberrações, e o da CBF é muito restrito. É preciso criar canais permanentes de diálogo com os atletas, que ultrapassem um congresso, que não dê apenas voz, mas que dê também voto aos atletas que estão lá dentro, para que eles possam influir e ajudar, com a experiência que eles têm, sobre os rumos do futebol.

Eu queria passar a palavra brevemente ao nosso advogado, Fernando Baptista, para falar um pouco das questões legais, sobretudo, com relação aos argumentos de inconstitucionalidade da MP.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já estamos fora do horário. Solicito que ele seja breve.

O SR. WALTER FELDMAN - Só uma questão de ordem. Nós conversamos com o Dr. Álvaro e com o Dr. Rogério para fazermos esse debate do detalhamento na Comissão Mista. Por favor, fale à vontade, mas, do nosso lado, vamos deixar para quando houver audiência, no dia 20, na Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi uma economia processual no conceito temporal. Também foi feito esse apelo ao nosso consultor jurídico da CBF, o Dr. Rogério, que ia fazer uma fala.

O SR. FERNANDO BAPTISTA - Procurarei ser o mais breve possível. Quanto à fala do professor Pedro, concordo com muito do que ele disse, mas discordo de dois pontos, primeiro, quando ele menciona que a medida provisória seria inconstitucional por falta do requisito da urgência. A urgência se caracterizou quando os clubes, unidos, todos eles bateram as portas do Palácio do Planalto, pedindo para a Presidenta tomar alguma medida urgente, sob pena de fechamento dos clubes. Então, a urgência, a meu ver, está caracterizada. Quanto à relevância, nós concordamos.

Outro ponto do Prof. Pedro que eu ousar discordar é quando diz que a medida provisória deve ter, como contrapartida, apenas o pagamento do financiamento. Isso não pode prosperar, porque já houve, no passado, exemplo. Foram dois REFIS e



um Timemania em que não havia contrapartidas, apenas o pagamento, e isso não se concretizou. Tanto que hoje estamos aqui discutindo esse assunto novamente.

Então, o que a medida provisória procura trazer são contrapartidas para assegurar o Governo de que haverá o pagamento, a quitação do refinanciamento. Ao mesmo tempo, organizar e proteger o futebol, patrimônio cultural do povo brasileiro.

Com relação à autonomia das entidades desportivas, temos aqui a honra de ter o Prof. Álvaro Melo Filho, pai do art. 217 da Constituição Federal, que realmente estabelece a autonomia da entidade esportiva. E faço apenas um parêntese, Deputado, é autonomia, mas não independência. É autonomia. Não é soberania e não é a independência. A autonomia já houve, como bem foi dito hoje aqui, e já houve posicionamento do Supremo Tribunal Federal, por nove votos a zero, de que essa autonomia é relativa. Ela permite sim a atuação do Estado e a regulamentação do Estado. Então, temos que olhar com muito cuidado essa questão da autonomia, até porque, salvo engano, o art. 24 diz que é um dever do Estado legislar sobre o esporte. Então, essa autonomia não é absoluta. Respeito e entendo que existe uma autonomia, mas ela é relativa.

Poderia discorrer muito mais sobre o tema, mas, para ser breve, acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) – Muito obrigado, Dr. Fernando, pela sua compreensão. Agradecemos as suas considerações.

Passo a palavra agora para Alex e, em seguida, para o jornalista Paulo Calçade.

O SR. ALEXSANDRO SOUZA - Primeiro agradeço ao Deputado Andres Sanchez, pelo direcionamento que fez à minha pessoa. Eu concordo quando falou que existem dirigentes honestos e desonestos, como também existem profissionais de futebol honestos e também existem os desonestos. Essas histórias que contou realmente em vários momentos acontecem, e aí a gente foge um pouquinho do futebol, e entra mais na parte social, na parte educacional, no qual o futebol está inserido. Infelizmente não nos torna diferente nessa situação.

Muito se falou a respeito de bater na CBF. O caso não é esse. Eu acredito que a CBF merece elogios em vários setores. Eu fui atleta da seleção brasileira por



dez anos e só tenho situações a agradecer. Muito pelo contrário, eu jamais bateria na CBF, pois as pessoas sempre me trataram muito bem.

O que acontece com a CBF é que muitas vezes as situações são feitas de maneira que a gente desconhece. A CBF fez agora um encontro, uma reunião dos treinadores de futebol, que achei fantástico. Mas a gente não sabe o que foi discutido ali, que tipo de situação foi colocado. Nesse tipo de situação, posto dessa maneira, as pessoas começam a imaginar situações diferentes daquilo que seja o fator principal. Então, essa reunião dos treinadores, no meu modo de ver, é fantástica. Acredito que a CBF tenha até que procurar ampliar isso, principalmente na formação desses treinadores.

A gente vê aí ex-jogadores que imaginam se tornar bons treinadores, e de repente não têm a preparação adequada para assumir essa função. Outra coisa é que, de repente, quem já possui essa função e quem já possui essa condição não tenha a permissão e a qualificação para trabalhar fora do Brasil, já que a CBF também é distante da UEFA e distante da FIFA nessa situação de qualificação para o seu treinador.

Com relação à situação do voto dos atletas, eu acho até desnecessário discutir isso, porque nós somos do meio. Como falei no início, este não é o meu *métier*, não me sinto à vontade no meio de tantos Deputados discutindo leis. Agora, fico muito à vontade quando é um momento de futebol, quando é um momento para se falar a respeito daquilo que eu faço — ou fazia — desde os 7 anos de idade.

Então, não permitir que um atleta de futebol, que algum profissional de futebol participe de uma votação, participe de um pleito, participe de discussões, realmente, isso me deixa bastante triste, porque poderiam surgir ideias espetaculares dessas pessoas e discutir, conversar, eu acredito que seja sempre interessante.

E a última coisa, minha última ponderação é que não haverá patrulhamento. Não há patrulhamento, e eu direciono essa resposta a sua pessoa. Não leve para o lado pessoal. Isso não existe. O que nos causou estranheza é que, no meio do processo, apareceu um anúncio da sua pessoa como dirigente da CBF. Isso, a meu ver, com a educação que eu tive, é incompatível. Caso essa situação tivesse surgido antes, eu, realmente, nem levantaria essa discussão. Mas, como existia um processo de discussão, no qual o senhor é Deputado e, de repente, aparece como



dirigente da CBF, coube-nos criar uma situação para discutir o porquê dessa situação de torná-lo dirigente, já que era no meio do processo.

Então, peço, encarecidamente, a V.Exa. que não leve para o lado pessoal, porque nem o conhecemos, não fazemos juízo algum, mas o juízo da situação e do conceito, achamo-nos no direito de fazê-lo e não encare como um patrulhamento, porque, realmente, não é. O que nós queremos é que o futebol evolua, melhore, que tenhamos condições de ter a discussão que tivemos hoje aqui de maneira saudável, mas que, na prática, vejamos algo realmente acontecendo.

Passou no depoimento dele que a CBF vai agir de maneira rápida, que irá até nos assustar. Eu, realmente, tenho um desejo enorme de que isso aconteça, e a CBF hoje tem a primeira chance, já alterando esse estatuto — eles têm 20 dias de mandato — e dando a nós, atletas, o direito de participar, discutir e votar, talvez seja esse o voto de confiança que a CBF está pedindo.

Mais uma vez, agradeço pela oportunidade de estar aqui representando os jogadores de futebol, que, Andres, não são perfeitos. Há muito mau-caráter no meio, mas eu acredito que não tenhamos que direcionar à pessoa. Temos de direcionar ao processo. Acertando o processo, começaremos a eliminar o dirigente mau-caráter, o profissional mau-caráter e, aí, sim, a tendência será que o futebol brasileiro cresça da maneira como todos os torcedores imaginam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Alex, representante do Bom Senso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Sr. Presidente, como fui citado, peço a palavra para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minuto. Em seguida, passarei a palavra por 1 minuto a V.Exa.

Concedo a palavra ao jornalista Paulo Calçade para suas considerações.

O SR. PAULO CALÇADE - Bom, são 11 pontos rapidinhos. Ainda se faz futebol com 11 — não é, Alex? — quando os caras não são expulsos.

Eu adorei participar desta reunião porque saio convencido, pela fala dos Deputados Andres Sanchez, Orlando Silva, Silvio Torres, Deley, Rogério Marinho, de todos vocês, que precisamos refundar o futebol brasileiro. Vocês me



convenceram disso. Eu vim aqui para convencer vocês e saio convencido. O futebol precisa ser refundado, pelo seguinte: vou citar alguns pontos que ouvi aqui hoje.

Exportação precoce existe para os consagrados. É claro! Neymar foi embora por uma fortuna. Já saiu rico. Chegando lá, triplicou essa fortuna. Agora, a exportação precoce existe para aqueles que não têm oportunidade aqui.

Alguém conhecia o Hulk, jogador da seleção brasileira? Alguém conhecia o Diego Costa? O Hulk foi jogar no Japão, o Porto o fisgou, depois foi para o Zenit. Esse cara rendeu uma grana preta. E o David Luiz que jogou no Vitória, saiu. Hoje, o Roberto Firmino está aí no futebol de Santa Catarina. Os jogadores saem porque também não têm oportunidade, não têm onde jogar.

O Pedro jogou 26 partidas e esperará 4 meses para jogar mais quantas? Duas. Então, imagina com que cabeça eles devem estar treinando para fazer dois jogos e esses não são jogos garantidos, porque, se o time perder no mata-mata, eles estão fora. E o emprego está mantido depois desses dois? Não, né? O final de ano deles vai ser ótimo.

Terceiro ponto, a CBF não respeita o calendário da FIFA. Isso é fato. Quatro meses, espera, joga duas partidas e tchau. Se o Dunga tivesse, na terça-feira, convocado cinco jogadores do Corinthians, Andres, vamos imaginar que houvesse dois estrangeiros, acontecem sete desfalques, durante a Copa América, o Corinthians jogará futebol? Não? E o Brasileirão ficará travado? Então, não haverá Campeonato Brasileiro. Por que acontece isso? Porque, no nosso sistema, apostamos na fragilidade do futebol brasileiro. A seleção aposta nisso.

Então, como o nosso futebol é fraco, eu convoco os jogadores que estão fora, porque, no dia em que ele for forte, eu não conseguirei jogar. O futebol continuará funcionando aqui, porque a seleção joga e concorre com os clubes. Essa concorrência tem de terminar. É uma questão de calendário. Isso é fato! Não existe argumento para a seleção jogar.

O que acontece nas grandes equipes? Vamos citar o grande cenário, porque eu sempre quero trazer esse grande cenário para cá. Eu não admito a nossa fraqueza, a nossa fragilidade. Podemos ter muitos problemas, mas não serei derrotado por isso. Pelo menos, a minha expectativa é tornar o futebol brasileiro



muito mais forte, a ponto de não vermos tantas camisas do Barcelona e do Real Madrid na rua, que já são em números maiores que as nossas. Isso acontece.

Então, esse sistema está montado em cima do futebol que nós temos a crença e a certeza de que ele é fraco, porque, se ele for forte, não haverá campeonato. E nós ainda teremos eliminatórios da Copa do Mundo. *“Ah, mas não vai jogar no mesmo dia.”* Não, mas o jogador está longe. Ele chega depois e não joga.

Outra coisa, basta a Comissão de Saúde, que foi citada, respeitar o calendário, que já melhorará — e muito — a saúde do jogador de futebol, se respeitarmos o calendário da FIFA, porque é o seguinte: a gente pede socorro para FIFA quando achamos que haverá alguma interferência aqui, mas não conseguimos respeitar o calendário dela, e ela também faz que não vê. A FIFA deveria exigir e falar assim: *“Amiguinho, por favor, vamos respeitar o calendário do futebol mundial.”* Não consegue fazer isso com a Sul-Americana, e as filiadas então não querem nem saber. Não dá para ser assim. Já que acreditamos tanto nesse sistema federativo, então, vamos respeitar a ponta do sistema, que é FIFA e o seu calendário.

Quatro semanas de férias, quatro de pré-temporada. É o mínimo. O resto são 44 semanas para encaixar estadual, Brasileiro, Sul-Americana, Libertadores, Seleção Brasileira, Copa do Brasil. Nós precisamos de uma lei que revogue o ano com 365 dias e aumente-o, para encaixar tudo isso aqui, porque, o ano, do jeito que temos, não dá para encaixar o calendário.

Somos o 18º, 15º, quando muito, em público do futebol brasileiro. O público está voltando para o estádio. É verdade, mas nós perdemos hoje para a Austrália, para os Estados Unidos, para a segunda divisão da Inglaterra, para a segunda divisão da Alemanha e para outros países exóticos por aí, até para a Ucrânia. Então, não consigo enxergar o público. E quando tiramos a média anual de público, temos 3 mil, 4 mil torcedores. Isso, na Inglaterra, aconteceu em 1901. Foi a última vez no futebol inglês. Então, esse sistema precisa ser refundado e vocês me convenceram disso.

Eu participei de um evento na Federação Paulista de Futebol há uns 10 anos nesse esquema. Fui convidado para opinar. Quando eu falei que 15 dias de pré-temporada era pouco, fiquei falando sozinho, porque sei que, com 15 dias, não se



produz bom futebol. E agora, 10 anos depois, o futebol brasileiro entendeu que a pré-temporada era justa e correta, e os clubes, mais ainda, perceberam que dá para ganhar dinheiro na pré-temporada e digo mais: se derem mais duas semanas, o Flamengo ganhará mais na pré-temporada do que no estadual, e o Corinthians também. Afinal de contas, quem ganhou nesse estadual no Rio de Janeiro foi a federação. O Vasco ficou em segundo com 2 milhões e 300 mil, numa boa pré-temporada, o clube fatura mais porque vai poder vender seus jogos.

Flamengo: o Flamengo, na temporada passada, faturou, pelo balanço, 347 milhões de reais. Se nós traduzirmos isso aqui em euro, sabe o que dá? Dá quase o orçamento do Atlético de Madrid, que chegou ao final da Liga dos Campeões. Então, é gestão! Aqui, olhem, Flamengo, é o Flamengo dentro desse futebol fragilizado. Outros poderão crescer. O Atlético chegou a 150 milhões de euros no final da temporada, que foi ao final da Liga dos Campeões, e recebeu entre 30 e 35 milhões de euros — entre 30 e 35 milhões! — para jogar na Liga dos Campeões. E fez explodir o orçamento. O Benfica tem o orçamento muito parecido a clubes brasileiros também.

Então, essa diferença de PIB e de renda *per capita*, dentro da boa gestão, nós conseguimos diminuir. Dentro da má gestão, nós vamos tomar de goleada e aplaudir o Messi e até equipes que são menores. Atlético de Madrid é um time médio, está tentando ser médio para tentar incomodar os grandes. Então, eu acho que este dado é importante.

Para encerrar. Deputado Silvio Torres, transformar o futebol brasileiro em patrimônio cultural do País. Eu encaro isto como um dever, vou lutar por isto, vou encampar, acho que todos nós... Patrimônio maior do que o futebol brasileiro? Nós temos alguns, talvez, do mesmo nível. Acho que é... Acho que ninguém pode ser contra isso, não é, Alex?

Estadual: é a forma de manutenção do poder. O estadual não atende às necessidades do futebol. O grande joga demais, o pequeno joga de menos. Ele quebra o grande e faz o pequeno sumir porque, se o estadual fosse bom, não teria sumido o Guarani, a Ferroviária, que está voltando, e vários clubes que sumiram. Nós precisamos rever isso.



E, para encerrar, precisamos mesmo refundar o futebol brasileiro com democratização das entidades e a participação dos jogadores. É impensável o jogador não estar dentro desta questão para discutir. Eu acho que o jogador tem que ser ouvido; é impossível não ouvir o jogador, dirigentes, todos, as entidades de práticas, as entidades de administração e os jogadores também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Paulo Calçade, pelas suas considerações.

Eu vou passar a palavra por 1 minuto para o Deputado Marcelo Aro e depois ao Sr. Pedro, para fazer rapidamente as suas considerações.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Presidente, gostaria só de incluir, neste 1 minuto, o tempo da Liderança do PHS, para que eu possa fazer a minha explanação benfeita. É regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu sei, eu só peço o bom senso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Pode ter certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós estamos aqui já absolutamente extrapolados em todos os tempos. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Serei breve, só porque em 1 minuto eu não consigo, mas eu não vou gastar meu tempo todo de Líder, não.

Sr. Presidente, passo um pouco para o Deputado Andres Sanchez, para economizar o tempo.

Mais uma vez, Sr. Presidente — eu já tinha feito o meu pronunciamento não como Líder, mas como membro da Comissão de Esporte —, quero parabenizar pelo debate e reafirmo aqui tudo o que eu falei, as congratulações.

O Alex, de maneira muito tranquila, colocou a posição do Bom Senso, o que me exige fazer esta resposta e falar que eu também respeito a posição do Bom Senso e esse pedido. Agora, Alex, de fato, fica, sim, um sentimento de algo canalizado, embora você tenha dito que não, porque foi somente a minha pessoa... E não fui só eu que participei desse processo e que fui nomeado durante. Então, por isso, fica um pouco esse meu sentimento de algo direcionado.

Mas, ainda assim, eu gostaria de esclarecer que eu sou Diretor da Federação Mineira de Futebol — FMF, sou Conselheiro do Atlético, e eu tornei pública a minha



posição em relação à medida provisória muito antes de eu me tornar Diretor da CBF. É pública e notória a minha posição sobre esta medida provisória. Seria de se causar estranheza — aí sim! — se eu tivesse uma posição “x”, fosse nomeado diretor e mudasse minha opinião para “y”. E isso não aconteceu, a minha posição permanece a mesma, desde o começo.

Como eu disse para você: aqui estão dirigentes do futebol, ex-atletas, pessoas ligadas ao futebol e que bom que seja assim. Se não fosse assim, seria algo para nós nos preocuparmos.

Então, todos aqui têm envolvimento, todos! Poderíamos listar um a um, mas todos têm ligação. Os dirigentes de clubes com refinanciamento serão diretamente contemplados por acreditarem, por trabalharem, e nisto não há mal nenhum. Se nós pensássemos assim, ontem, por exemplo, teríamos que tirar o Deputado Paulinho da Força do plenário, porque ele é líder sindical e estava votando um assunto de interesse dos trabalhadores, e por aí vai.

Então, o meu posicionamento não mudou. A educação que eu recebi — como você citou a sua... —, a educação que eu recebi é esta: de nós termos coerência com aquilo que nós pensamos. Não é porque eu fui para a entidade “x” ou “y” que eu vou mudar a minha opinião. A minha opinião permanece a mesma e os colegas aqui já a conhecem. Eu falei muito antes; falei em plenário, falei nas comissões, falei na medida provisória e não mudei a minha opinião por virar diretor.

Agora, há uma convergência de pensamento entre o que eu penso e o que a entidade pensa, e isto favorece ainda mais o nosso entendimento e nos aproxima ainda mais.

Eu vou responder por escrito, conforme pedido do Bom Senso, mas quero aqui repetir para finalizar, Sr. Presidente, que tem o meu respeito o Bom Senso. O que vocês estão trazendo é suma importância para o futebol brasileiro. Podemos não concordar em tudo — e isto é normal na democracia: que nós não concordemos em tudo. Mas tenha certeza de que aqui o Bom Senso, apesar dos pesares, terá um aliado que ouviu de bom-tom tudo o que foi colocado, e vamos levar todos esses esclarecimentos e essas sugestões tanto para a Comissão, quanto também para a entidade. Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Marcelo Aro.

Com a palavra o Dr. Pedro, rapidamente.

O SR. PEDRO TRENGROUSE - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.

Eu queria primeiro parabenizá-lo pela iniciativa desta audiência porque foram 5 horas de discussões e eu tenho certeza: todos nós aprendemos um pouco.

Paulo Calçade, obrigado por ter trazido a informação sobre a legislação da Europa sobre o assunto, enriqueceu o debate. Eu não a conhecia, o Relator também não. Esse exemplo sobre a gestão é interessantíssimo, nós não precisamos ir longe.

O Vasco da Gama, em 1929, quando não havia televisão, quando não havia grandes torcidas nos estádios, construiu, com recursos próprios, sem doação nem sequer do terreno que ele adquiriu, o Estádio de São Januário, que foi o maior estádio do Brasil, pelo menos do Rio de Janeiro, até a construção do Maracanã para a Copa do Mundo de 1950. O Vasco construiu em 1929, quando o futebol não era o esporte popular que é hoje, quando não corriam rios de dinheiro, como correm hoje, o maior estádio da América Latina, com recursos próprios, em que os seus sócios, amadores, dirigentes contribuíram para aquilo, o que mostra que o problema do futebol brasileiro não é dinheiro, é gestão.

Pois bem, Alex, o seu protagonismo: que sirva de referência e exemplo para outros atletas, que também precisam participar muito mais. A categoria dos atletas talvez não participe tanto das decisões porque nunca quis participar, nunca se apresentou, nunca quis discutir. Aliás, entre os próprios atletas hoje há divergência: há atletas que não querem votar; eu já ouvi isto, inclusive, de atletas que até fazem parte do Bom Senso. Então, essa é uma discussão profunda. Você tem total condição de liderar e é importante que seja realmente reforçada, porque quem quer participar tem que participar.

Agora o que eu acho mais importante desta audiência toda é sobre a urgência. É só para dizer que eu não achei a urgência na exposição de motivos da MP. Então, se o próprio Governo não achou relevante falar da urgência na exposição de motivos da medida provisória, eu me questiono sobre a urgência, se ele realmente dava importância para tratar da medida, que é urgente, é.



Para terminar, quero só dizer que a grande marca desta audiência é a participação da CBF — Walter, bem-vindo! Pelo menos das reuniões de que eu participo aqui há vários anos, é a primeira vez que a CBF se apresenta de peito aberto, com transparência, com uma pauta objetiva. É um compromisso assumido publicamente que agora todos nós podemos acompanhar, cobrar e colaborar.

Então eu acho que esta audiência marca um novo tempo nas relações da CBF com a sociedade e é muito bem marcado.

Parabéns, Walter, obrigado por tudo e obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, André, pelas suas contribuições.

Nós vamos aqui abrir uma exceção excepcionalíssima ao Deputado Andres Sanchez.

O SR. WALTER FELDMAN - V.Exa. pode abrir uma “pré-exceção”?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não peça (*ininteligível*) para a Presidência porque o tempo está brevíssimo.

O SR. WALTER FELDMAN - Não, mas eu quero explicar o porquê. Você sabe por quê? Ele foi injusto comigo, falou bem-vindo ao futebol. Nos meus 4 anos, eu ajudei o Corinthians a subir, preparamos o Pacaembu, o Deputado Andres Sanchez é testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É um ingrato, é um ingrato.

O SR. WALTER FELDMAN - Todos os títulos ganhamos no Pacaembu, fizemos juntos e você fala “bem-vindo ao futebol”?

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - É Secretário de Esportes, deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Andres Sanchez, V.Exa. podia ter terminado o dia sem essa; mas tudo bem, faz parte da nossa audiência. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Rapidamente: a medida provisória é ridícula do jeito que foi feita, inconstitucional. Ela não vai consertar o futebol de jeito nenhum. Como já disse, repito: a de cá também não vai ser fácil, então nós temos que... Ou queremos ajudar o clube ou não queremos ajudar o clube.



Sobre o Alex: tudo o que eu falei é de coração, realmente, é sincero. Eu não acredito que o jogador tenha que votar, mas eu entendo que o jogador tem que participar do arbitral, da discussão de como vai ser o campeonato, como vai ser isso ou aquilo. Tem! Votar: eu acho que nós não estamos maduros para isso ainda, é uma interferência muito forte neste momento, mas que tem que participar dos arbitrais e das consequências que vêm para o futebol, isso tem.

Sobre o Paulo Calçade, que é um dos poucos que eu respeito no jornalismo esportivo: a molecada sai daqui e isso não é culpa do clube, não é culpa da gestão, é o contexto do País. O Corinthians perdeu um moleque agora, há 3 meses, e eu falo aqui: quem levou foi o Deco e o Luizão! Porque o Porto contratou o pai e a mãe para trabalhar em Portugal, e o moleque de 13 anos o que faz? Está lá com o contrato de formação no (*ininteligível*) e tudo. E isso é constante. Há pi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pirotecnica? Picaretagem!

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Tem, tem! Mas, nesta parte, (*ininteligível*) gestão.

(Não identificado) - Eu me referia ao sistema.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Eu faço um contrato — isso ninguém fala, Presidente —, eu faço um contrato com um jogador, está lá desde os 7 anos de idade, que é um Alex, no Corinthians, jogando. Conheço pai, mãe, escola. O jogador não estuda, quem fala aqui que o jogador estuda é mentiroso. O jogador ganha nota, isso é um problema social, isso é um problema social no País, isso é um problema social no País muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Gravíssimo.

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - O Corinthians tem escola lá dentro e tudo, mas o moleque fica dois meses viajando, vai para a seleção, vai para não sei onde e acaba não estudando. E, dos 250 moleques que há no Corinthians, 10, 15, 20 vão virar jogador de futebol. Isso ocorrendo em todos os clubes é um caos social gravíssimo, e pouca gente fala disso.

E o que acontece? Eu pego o moleque, conheço o pai, a mãe, ajudo na escola, no dentista, no médico. Com 16 anos, ele chega lá para fazer o primeiro contrato, não vem mais o pai nem a mãe. Vem um advogado ou dois e três empresários, quando não vêm quatro brigando. Ou me dá 20%, 30%, 40% dos



direitos econômicos ou eu vou levá-lo para o São Paulo, para o Curitiba, para o Flamengo. Bom, você negocia e dá 20%. O moleque vai lá e começa a jogar. Com 17 anos — um ano de contrato —, ele está no Juvenil, Seleção. Quando ele vai completar o segundo ano, é disputado (*ininteligível*) São Paulo, estoura a Seleção brasileira, falta um ano de contrato. Vamos renovar: é mais 20%, 30%, senão ele vai embora! E quando não pede 1 milhão, pede não sei quanto. Então, é muito complexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado...

O SR. DEPUTADO ANDRES SANCHEZ - Nós temos que ter uma grande mudança no futebol brasileiro. O refinanciamento é o pequenininho, e há punição técnica, não se esqueçam disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Andres Sanchez.

Eu queria, antes de formalizar o encerramento, dizer que nós recebemos... Eu recebi aqui um telefonema do Sr. Reinaldo Martorelli, que é Presidente da Federação Nacional dos Atletas, fazendo uma pequena correção do que foi aqui comentado, que ele não conheceria o Bom Senso. Ele disse que não tem relação com o Bom Senso, pediu que eu fizesse esse esclarecimento. E isso mostra a audiência que a nossa Internet nos proporciona com essa transmissão ao vivo. Então, está feita aqui, a pedido do próprio, a sua retificação da informação prestada.

Quero agradecer a presença de todos os Deputados e Deputadas que participaram aqui desta audiência pública, desse seminário. Acho que foi um seminário riquíssimo; acho que todos nós nos apropriamos mais deste contexto, os diversos aspectos do contexto do futebol. Saímos daqui mais enriquecidos com relação a este debate.

Quero agradecer aos nossos convidados, o nosso companheiro Walter, o Presidente da... Presidente, olha! Quem sabe, um dia... Secretário da Confederação Brasileira de Futebol e, em nome dele, a todos os demais membros da CBF; o TCU, o representante do TCU, o Dr. Alípio Neto; o Ricardo Martins, do futebol, ele e o Alex, representando o Bom Senso. Quero agradecer ao jornalista, competente e brilhante jornalista, Paulo Calçade, que esteve aqui. E, em nome dos dois do Bom Senso, a todos os demais. E agradecer ao nosso Presidente da Comissão Mista,



que já foi, o Senador Sérgio Petecão, e a todos os Deputados e Deputadas aqui presentes. Ao nosso querido Dr. André, da Fundação Getúlio Vargas e... Perdão! Pedro, da Fundação Getúlio Vargas, pelas suas considerações.

E quero fazer um pedido aqui, que foi uma recomendação do Presidente da Comissão de Esporte, que todas as contribuições que essas entidades — o Bom Senso, o Jornalista Calçade, a Fundação Getúlio Vargas, o Pedro — e a todos os presentes, os mais de 40 Parlamentares que participaram — não é fácil mobilizar aqui, numa quinta-feira, 40 Parlamentares numa audiência pública... Quero dizer a todos que por qualquer contribuição que possam enviar a esta Comissão, sugestivas à medida provisória, outros aspectos envolvendo o futebol que foram aqui referendadas nas diversas falas, nós estamos aqui agradecidos já antecipadamente pelas contribuições que possam ser remetidas.

Quero desejar uma boa tarde a todos. Muito obrigado pela presença.

Dou por encerrada a presente sessão.